

REVISTA ACADÊMICA

INTELLIGENCE AND INFORMATION





REVISTA ACADÊMICA

INTELLIGENCE AND INFORMATION

Volume 01 - Número 01

Itaúna / 2016

REVISTA ACADÊMICA INTELLIGENCE AND INFORMATION
SET-DEZ/2016

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

ISSN XXXXXXXXXXXXXXXX

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

GRUPO ANDRADE MARTINS

Rua Osório Santos, 207 – Nogueira Machado

35680-229 – Itaúna / MG – Brasil

www.grupoandrademartins.com.br

DIRETOR EXECUTIVO

Júlio César Andrade Martins

DIRETORA ACADÊMICA

Alessandra Raquel Lopes Rodrigues Borges

DIRETORA FINANCEIRA

Fabiana Dornas Mllhomem

CONSELHO EDITORIAL

Juliana Porto Fontes

Leonardo Cristiano da Silva

Leonardo Nogueira Falcão

Wilson Magela de Sousa

ASSESSORIA EDITORIAL

Filipe Vale Alves Nogueira

Natália Tomaz Santos

Marcelo Henrique Guimarães

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Alessandra Raquel Rodrigues Borges

Geomar Rodrigues de Jesus

Josefa da Silva Costa

Marli Domiciano Pinto

Natália Tomaz Santos

Sérgio Henrique Fidelis de Oliveira

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO ENSINO / APRENDIZAGEM	6
<i>Alessandra Raquel Rodrigues Borges, Msc. Leonardo Nogueira Falcão</i>	<i>6</i>
PRINCIPAIS DESAFIOS DE INSERÇÃO INCLUSIVA E DE APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE QUÍMICA NO NÍVEL MÉDIO REGULAR DE ENSINO DA ESCOLA ESTADUAL PAULO PINHEIRO CHAGAS.....	17
<i>Geomar Rodrigues de Jesus, Esp. Wilson Magela de Sousa.....</i>	<i>17</i>
A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
<i>Josefa da Silva Costa; Msc. Leonardo Cristiano da Silva; Msc. Tânia Vieira Dias</i>	<i>30</i>
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ALGUNS DESAFIOS E AVANÇOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR	39
<i>Marli Domiciano Pinto, Msc. Leonardo Nogueira Falcão</i>	<i>39</i>
A INFLUÊNCIA DOS CONTOS DE FADAS NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL DE CRIANÇAS ENTRE 03 A 05 ANOS DE IDADE	52
<i>Natália Tomaz Santos, Msc. Leonardo Nogueira Falcão</i>	<i>52</i>
A DIDÁTICA DA MATEMÁTICA E SUAS APLICABILIDADES	61
<i>Sérgio Henrique Fidelis de Oliveira, Msc. Juliana Porto Fontes</i>	<i>61</i>

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO ENSINO / APRENDIZAGEM

Alessandra Raquel Rodrigues Borges, Msc. Leonardo Nogueira Falcão

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo verificar a importância do lúdico na intervenção psicopedagógica no processo ensino/aprendizagem. Saber como o aluno se desenvolve, aprende, sente e demonstra seu aprendizado pode contribuir de maneira significativa para uma melhor transmissão de conhecimento e para que se possa criar um ambiente de aprendizagem mais saudável e feliz. Através de intervenções psicopedagógicas voltadas ao lúdico, o aluno consegue demonstrar mais facilmente seus conhecimentos e possibilita a criação de autoestima capaz de lidar com as possíveis diversidades encontradas no âmbito escolar. Foi utilizada neste trabalho uma pesquisa de campo onde se pode observar que os docentes trabalham com o lúdico no processo ensino/aprendizagem, porém, ainda há a necessidade de identificar e interpretar situações ocorridas durante este processo.

Palavras-chaves: Lúdico. Psicopedagogia. Processo ensino/aprendizagem. Intervenção.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a criança e com o seu desenvolvimento tem sido cada vez maior, principalmente no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem. Saber como ela se desenvolve, aprende, sente e demonstra seu aprendizado pode contribuir de maneira significativa para uma melhor transmissão de conhecimento e para que se possa criar um ambiente de aprendizagem mais saudável e feliz.

Com o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem na área da educação, o lúdico, vem ao encontro à sua verdadeira aplicabilidade no âmbito escolar, sendo esta uma forma prazerosa, visto que a escola

...deve atender às necessidades da criança em suas diferentes fases do desenvolvimento, com propostas pedagógicas adequadas, que contenham atividades que despertem sua imaginação, contribuindo para o processo de construção da sua autonomia e conhecimento. (BRAGA E ARAUJO, 2006)

O lúdico é uma forma de expressão de sentimentos internos e algumas vezes, proibidos das crianças. É, conforme afirma Pulasky (1986), “um passo necessário no caminho do desenvolvimento da inteligência”. (p.92)

Segundo Macedo (1996), o lúdico é o “... estágio em que a criança ‘finge’, imita, reconstruindo as suas primeiras representações mentais”. (p.87). É o momento onde ela começa a viver questões da realidade a partir de sua percepção. É como se ela estivesse nesse momento, aprendendo e se preparando para lidar com o mundo adulto. “A brincadeira e o jogo são recursos psicopedagógicos de caráter objetivo utilizados para que a pessoa possa se construir como aprendiz” (BARBOSA, 2010, p. 183).

Na intervenção psicopedagógica deve-se observar a ludicidade como um ingrediente

fundamental e uma característica importante do ser humano. Para ser uma atividade lúdica

“...são identificadas pelas crianças como possuidoras de cinco qualidades: devem ter o prazer funcional, serem desafiadoras, criarem possibilidades, possuir o caráter simbólico e serem expressas de modo construtivo ou relacional (BARBOSA, 2010, p. 183).”

Hoje, o lúdico traz a possibilidade de errar sem ser repreendido. Ele não é só agradável, mas também traz sempre o desafio e a insistência pela busca da resolução dos problemas que surgirem. Portanto, o faz de conta traz uma grande contribuição no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, podendo essa, reviver a sua maneira a “vida” ao seu redor com ludicidade.

Este trabalho traz uma abordagem sobre o lúdico do ponto de vista de diversos autores. Para tanto, adotou-se como referencial teórico Pulasky (1986), Faria (1997), Macedo (1996), Barbosa (2010) e Grassi (2008).

ABORDAGENS ACERCA DO LÚDICO NO ÂMBITO ESCOLAR

O Lúdico é uma das áreas mais estudadas pelos especialistas, tais como, Pulasky (1986), Faria (1997), Macedo (1996), Barbosa (2010) e Grassi (2008) e é uma das grandes fases que ocorre na infância. Ser capaz de representar uma coisa que significa outra traz para as crianças uma nova forma de pensar e raciocinar sobre os diversos objetos e situações do seu dia a dia (KLISYS, 2007). Esse processo possibilita um maior desenvolvimento da criança, tanto do ponto de vista psíquico, uma vez que a permite vivenciar situações novas, quanto do ponto de vista social, possibilitando uma maior interação da criança com o mundo que a cerca.

O LÚDICO

A partir de estudos baseados na biologia, Piaget¹ volta-se para o estudo do conhecimento humano, mais especificamente sobre a relação evolutiva da criança com o seu meio, ou seja, sua adaptação.

O processo de adaptação, por sua vez, consiste em dois outros processos que se seguem continuamente em todos os organismos. São eles: a assimilação e a acomodação.

A assimilação é considerada como um processo de entrada de sensações, alimentos e experiências e a acomodação, por sua vez, é o processo de ajuste.

Um exemplo desse processo seria quando uma criança começa a andar de bicicleta, sem o apoio anterior de rodinhas. A esse processo de elaborar novos conhecimentos sobre um determinado objeto ou situação dá-se o nome de acomodação. Ela já possuía um esquema, ou seja, um conhecimento anterior de como se andar de bicicleta com rodinhas de apoio. Quando começa a andar com uma de apenas duas rodas, usa a informação anterior para lidar com a nova situação (assimilação). Em seguida, ela busca uma forma de lidar com essa nova situação (acomodação) e, por fim, quando ela já estiver andando com segurança na bicicleta de duas

¹ Jean William Fritz Piaget foi um epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX.

rodas, significa que ela aprendeu (adaptou).

Através desses processos, assimilação, acomodação e consequente adaptação, a criança se torna um ser ativo e curioso que busca chegar ao seu equilíbrio externo e interno.

Entende-se por equilíbrio ou equilibração um

“processo dinâmico e continuamente autorregulador do balanceamento das mudanças acarretadas pela assimilação e acomodação, visando a um ‘estado estável’ ou equilíbrio. É o fator organizador subjacente a qualquer desenvolvimento biológico e intelectual”. (PULASKY, 1986, p.220)

Em relação ao lúdico, Piaget (IN PULASKI, 1986), fala sobre sua suma importância quando afirma que “... através dele, a criança assimila simbolicamente as atividades, papéis e ideias do mundo a seu redor”. (p.40)

Quando a criança usa um pedaço de madeira e o chama de carrinho, está assimilando, através do lúdico, experiências e costumes do ambiente ao seu redor.

O lúdico tem sua emergência no sexto estágio de desenvolvimento, ou seja, dos 18 (dezoito) aos 24 (vinte e quatro) meses de vida, onde os objetos não existentes ganham espaço no imaginário infantil desenvolvendo seu pensamento. A esse processo dá-se o nome de permanência do objeto, ou função semiótica, que é a capacidade de representação sem a presença do objeto (PULASKY, 1986).

PULASKY também traz esclarecimentos entre a imitação e o lúdico quando afirma que:

‘... a função da imitação é copiar ou acomodar-se aos objetos da realidade, ao passo que a função da atividade lúdica ou simbólica [lúdico] é distorcer os objetos da realidade para adequá-las à fantasia da criança’. (p.91)

O lúdico é uma forma de expressão de sentimentos internos e algumas vezes, proibidos das crianças. É, conforme afirma Pulasky (1986), “um passo necessário no caminho do desenvolvimento da inteligência”. (p.92)

Segundo Macedo (1996), o lúdico é o “... estágio onde a criança ‘finge’, imita, reconstruindo as suas primeiras representações mentais”. (p.87) É o momento onde ela começa a viver questões da realidade a partir de sua percepção. É como se ela estivesse nesse momento, aprendendo e se preparando para lidar com o mundo adulto.

Esse estágio é facilmente encontrado entre as idades de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, quando o faz de conta atinge seu ápice. Após esta idade, o lúdico gradualmente desaparece dando lugar aos jogos com regras.

Como nos diz GRASSY (2008),

“...brincando [e vivenciando atividades lúdicas] a criança se insere na sociedade, na cultura, no mundo; aprende, apreende, constitui-se sujeito, desenvolve sua personalidade, constrói sua identidade, expressa seus sentimentos e pensamentos, vivencia papéis, elabora conflitos, apropria-se e constrói conhecimentos. (p. 55)

A INTELIGÊNCIA

Muitos autores, tais como, Macedo (1996) e Pulasky (1986), se perguntam como se desenvolve ou como se adquire um sistema cognitivo complexo de inteligência desde o nascimento. Visando este esclarecimento, Macedo (1996), aborda a importância do meio para a construção da inteligência visto que esta é “... a capacidade de adaptação às situações novas. É, antes de tudo, compreender e inventar”. (p.17)

Quando a criança vive em um ambiente aberto a novos desafios e sua imaginação é estimulada, terá um desenvolvimento mais rápido do que uma criança que não tem esse privilégio. As chances de se alcançar um melhor desenvolvimento tornam-se mais escassas, visto que, seu desenvolvimento ocorre de maneira mais suave e com menos experiências de aprendizagem.

Conforme afirma Rappaport *et. al.* (1981), o ambiente no qual a criança está inserida, seja ele físico ou social, a coloca constantemente diante de situações que rompem o estado de equilíbrio do organismo e eliciam a busca de comportamentos mais adaptativos. Dessa forma, pode-se dizer que não importa em qual meio sócio-econômico-cultural a criança esteja inserida e sim a estímulo que ela recebe, pois é isso que irá despertar seu interesse e curiosidade frente a novos desafios.

Para Macedo (1996), tanto Lobato, quanto Piaget,

“... estimulam as crianças em toda sua obra, a fazerem o que elas mais apreciam: ‘o faz de conta’. Os dois oferecem momentos de reflexão em que os adultos acabam entendendo que a criança pensa e sente diferente, mesmo porque a etapa de desenvolvimento onde a fantasia e a imaginação ganham forma é um patamar para a compreensão inteligente e revolucionária da realidade”. (p.21)

Através da leitura e de momentos de fantasia e de imaginação, a criança desenvolve seu potencial crítico e emocional, assim como sua parte cognitiva.

MATERIAL E MÉTODOS

TIPO DE PESQUISAS

O presente estudo teve como objetivo, verificar a importância do lúdico no desenvolvimento cognitivo do aluno que se encontra na fase escolar, assim como suas contribuições no processo ensino/aprendizagem. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com o intuito de levantar informações sobre o desenvolvimento da criança junto aos professores que atuam na Educação infantil. Foram acrescentados também alguns depoimentos de professores com o objetivo de enriquecer o trabalho em questão. Dessa forma, pode-se dizer que essa pesquisa tem um caráter tanto quantitativo quanto qualitativo.

AMOSTRA

Para a realização do processo de coleta de dados foram entrevistados professores, que trabalham em um colégio particular da cidade de Itaúna, que atende ao público desde a educação infantil até o ensino médio.

Para a seleção da amostra a ser trabalhada nesse estudo, adotou-se como critério que os voluntários fossem formados no mínimo em um curso superior.

PROCEDIMENTOS

Previamente à coleta de dados foi feito contato com a Direção dessa escola, para explicar os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados, procurando evidenciar de forma clara e objetiva, o propósito do estudo que se pretendia desenvolver.

Diante do interesse da Direção do colégio em que seus professores fossem voluntários neste estudo, foi solicitado junto à mesma, uma reunião com os interessados em participar dessa pesquisa.

Nessa reunião foram repassadas as informações sobre o estudo, esclarecimentos sobre o objetivo do mesmo e a importância da sua repercussão para a sociedade.

Nesse primeiro encontro foi marcado uma data para a coleta de dados e selecionados alguns professores que manifestaram o interesse em participar através de informações e depoimentos. A escolha dos professores foi feita de forma aleatória, utilizando-se como único critério ter no mínimo um curso superior.

Antes do início do processo de coleta de dados, cada professor foi informado novamente sobre os objetivos, procedimentos metodológicos e a relevância do estudo em questão.

Foram tomadas todas as precauções necessárias a fim de se preservar a integridade e privacidade dos voluntários participantes dessa pesquisa. Os Professores entrevistados têm entre 23 e 40 anos somando um total de 09 voluntários, ou seja, um número significativo para que se pudesse realizar esta pesquisa e verificar a validade ou não das hipóteses levantadas.

INSTRUMENTOS

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, com 10 perguntas fechadas, contendo quatro alternativas de resposta em cada uma delas. Ao final do questionário criou-se um espaço para que o professor (a) pudesse deixar um depoimento sobre o tema em questão, o que permitiu que eles falassem livremente sobre o assunto sem indução ou direcionamento.

Os depoimentos foram categorizados para posterior interpretação e foram elaborados gráficos a partir das respostas obtidas para uma melhor visualização dos resultados.

A partir das informações obtidas com os questionários, partiu-se para uma pesquisa bibliográfica

no sentido de obter um maior embasamento teórico acerca do assunto, e assim buscar uma fundamentação mais eficaz em relação ao tema em questão. Todos os questionários foram respondidos com a presença da pesquisadora no local para que possíveis dúvidas fossem sanadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, foram aplicados a professores do colégio, um questionário contendo dez questões de múltipla escolha e uma última pedindo um depoimento das mesmas sobre a importância do lúdico no processo ensino/aprendizagem. Os gráficos a seguir mostram os dados da pesquisa.

O primeiro gráfico trata-se do grau de conhecimento dos professores sobre o lúdico e pode-se perceber que grande parte dos mesmos possui um conhecimento considerável sobre o assunto investigado.

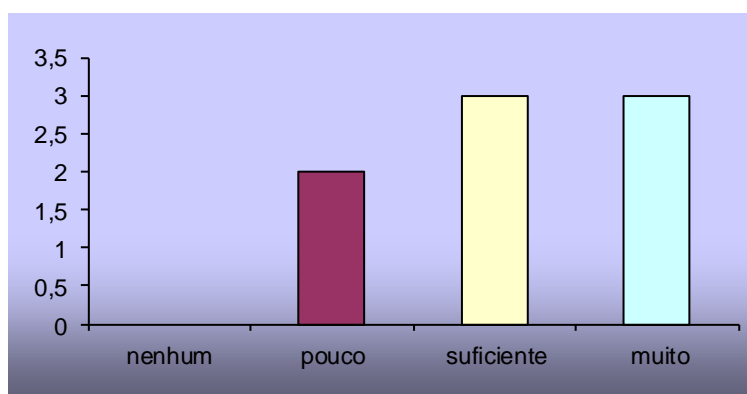


Gráfico 1 – Grau de conhecimento dos professores acerca do lúdico

O segundo gráfico visou investigar se o lúdico é trabalhado no ambiente escolar e percebe-se que a maioria usa esse recurso.

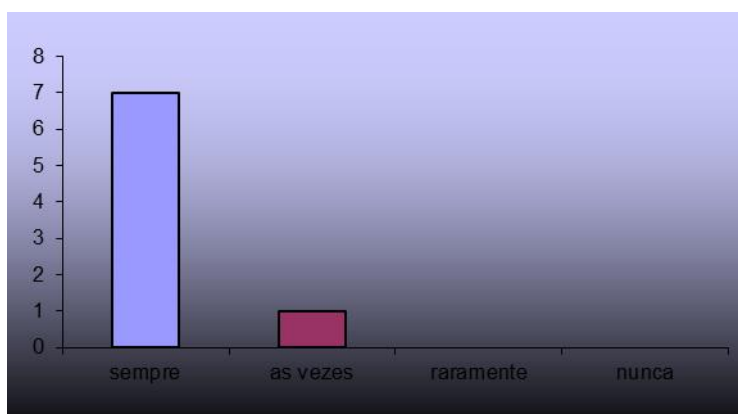


Gráfico 2 – Utilização do lúdico no ambiente de trabalho

O terceiro gráfico buscou verificar a frequência que o lúdico era trabalhado com as crianças e obteve-se uma grande porcentagem de dedicação a este item.

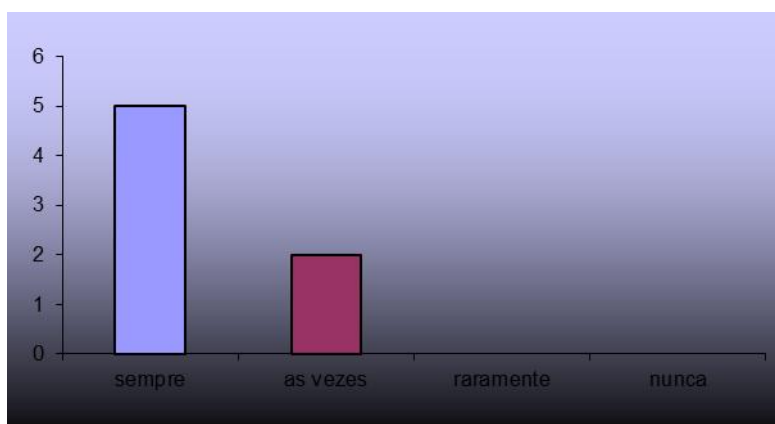


Gráfico 3 – Frequência de utilização do lúdico

O gráfico a seguir mostra quantos professores observavam seus alunos em atividades lúdicas e obteve-se unanimidade como pode ser visto nas respostas.

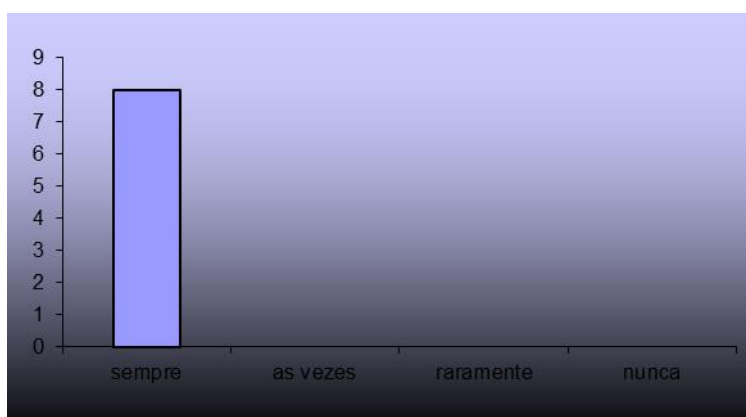


Gráfico 4 – Observação das crianças em atividades lúdicas

O próximo gráfico, relacionado à interferência dos professores nas atividades lúdicas de seus alunos, demonstrou que aqueles ficam, em sua maioria, observando e raramente interferem nas mesmas.

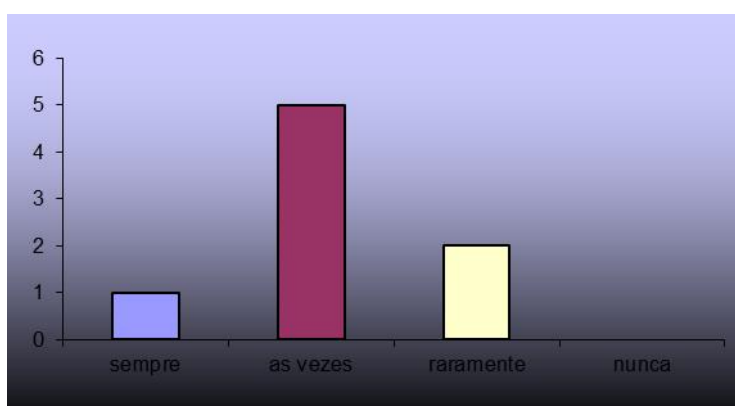


Gráfico 5 – interferência dos professores nas atividades lúdicas dos alunos

O gráfico a seguir mostra que grande parte dos professores investigados trata o lúdico como uma brincadeira educativa, visto que também o considera uma forma de brincar e de se divertir,

havendo também outras formas de se ver o mesmo.

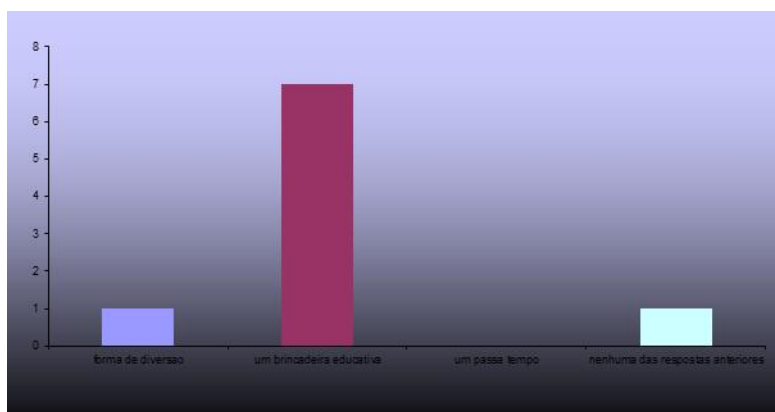


Gráfico 6 – visão do lúdico pelos professores

O próximo gráfico trouxe unanimidade no que diz respeito às contribuições do lúdico na evolução das crianças quando este é trabalhado nos conteúdos escolares.

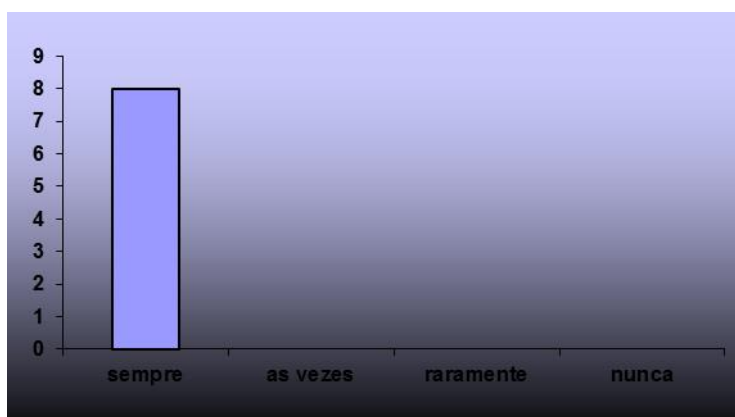


Gráfico 7 – Contribuições do lúdico para a evolução da criança

O gráfico a seguir, é uma complementação do anterior, visto que ousou verificar as contribuições na maneira de se transmitir os conteúdos de forma lúdica.

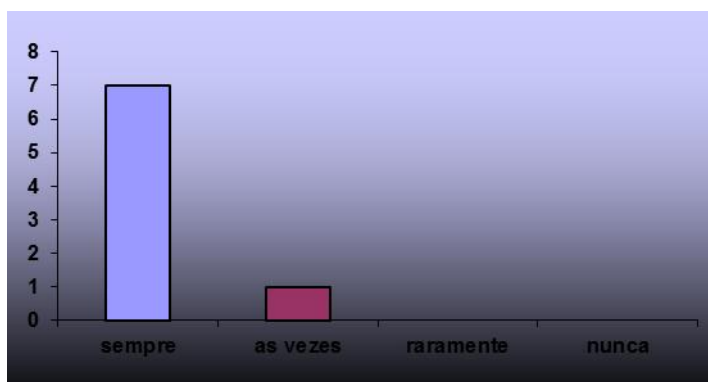


Gráfico 8 – Contribuições na maneira de se transmitir os conteúdos de forma lúdica

O penúltimo gráfico visou verificar se as crianças ao realizar atividades lúdicas mudavam de

comportamento durante este processo e pode-se verificar que isso ocorre em sua maioria.

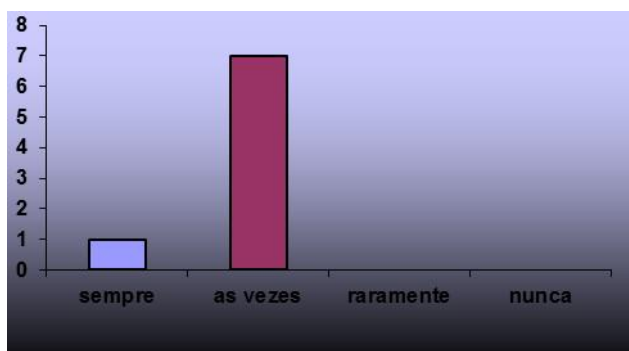


Gráfico 9 – Percepção nas mudanças de comportamento das crianças durante as atividades lúdicas

O último gráfico teve como finalidade verificar se o lúdico contribui para o desenvolvimento cognitivo das crianças, e obteve-se grande afirmativa sobre esse item.

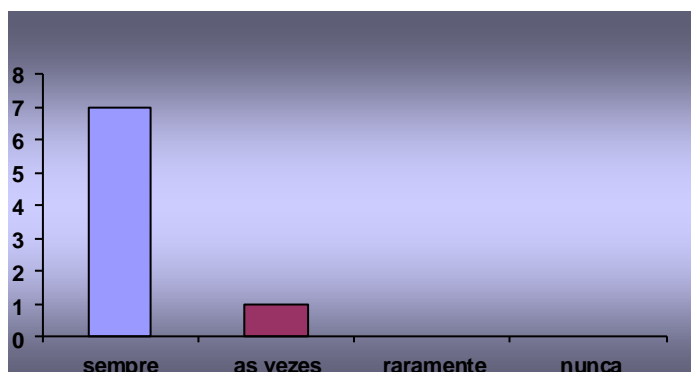


Gráfico 10 – Relação entre o lúdico e o desenvolvimento da criança

Ao realizar-se esta pesquisa com os professores, pôde-se perceber que o lúdico é bastante conhecido e falado no âmbito escolar e traz grandes contribuições para o desenvolvimento dos alunos.

Ao se observarem os resultados obtidos nos Gráficos 1, 2 e 3, nota-se nitidamente que o lúdico é amplamente trabalhado no âmbito da escola em questão e é um campo muito conhecido pelos profissionais da educação.

Nos Gráficos 4 e 5, pode-se constatar que os profissionais têm o hábito de observar seus alunos desenvolvendo atividades lúdicas e interferem somente quando há necessidade. Como Pulasky (1986), nos fala, a comunicação (através do lúdico) deve ocorrer de forma frequente para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e pessoal das crianças.

No Gráfico 6 e 7, houve uma contradição de respostas, pois quando se pergunta como tratavam o lúdico houve pensamentos diversificados. Apesar de acreditarem nas contribuições do lúdico para o “... desenvolvimento cognitivo das crianças” (JAPIASSU,2006), os professores entrevistados, tratam-no sobre 03 (três) pontos de vista: uma forma de diversão (onde as

crianças “gastam” seu tempo livre na brincadeira), uma brincadeira educativa (onde as crianças exploram, criam e recriam o mundo ao seu redor) e ao mesmo tempo assinalam nenhuma das alternativas pré-estabelecidas, ou seja, não acham que o lúdico possui fins educativos.

No que diz respeito aos Gráficos 8,9 e 10 volta a se confirmar a importância do lúdico no ambiente escolar, visto que traz grandes contribuições emocionais e cognitivas para a criança, como nos diz Macedo (2006).

Ao se falar em contribuições, Braga e Araújo (2006) são muito claras quando nos fala sobre a evolução das crianças até chegar a sua abstração total, ou seja, sua autonomia. Pois, através do faz-de-conta, a criança passa por processos de socialização, imaginação, resolução de problemas, sendo um ser ativo e participante no seu processo ensino/aprendizagem.

Por fim, o lúdico é de fato duplamente educativo, ou seja, além de ser uma forma de brincadeira voltada para a infância, também possibilita grandes avanços cognitivos, sociais e emocionais na criança, como já nos afirmou Japiassu (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Saber qual a importância do lúdico no processo ensino/aprendizagem, possibilitou através deste trabalho, verificar que o lúdico é de grande importância para as crianças e traz grandes contribuições para as mesmas.

Através da análise dos resultados obtidos nessa pesquisa, pode-se dizer que atividades lúdicas contribuem positivamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

Apesar do lúdico ter grande importância para o desenvolvimento infantil, este poderia ser mais trabalhado no âmbito escolar, como por exemplo, desenvolver junto às crianças a “Hora do Conto”, com a finalidade de observar possíveis modificações de comportamento e sentimentos (visto e refletido pela criança através da fantasia), tendo os profissionais da educação grandes possibilidades de intervir junto à instituição escola/família.

Sugere-se então que uma pesquisa seja feita junto às escolas, com o objetivo de verificar se os planos de ensino das mesmas possibilitam aos profissionais da Educação infantil explorar o faz-de-conta de uma maneira mais eficaz, permitindo um maior desenvolvimento do indivíduo a partir do imaginário infantil. É importante ressaltar que não adianta ter conhecimento e dar a devida importância para o lúdico, se dentro das instituições, não existirem planos de ensino e estruturas que beneficiem a utilização dessa prática.

Esse estudo destaca ainda a importância de se enxergar o lúdico como um aliado do professor na tarefa de mediar, ou seja, dar condições para que o conhecimento aconteça não apenas como um momento de caráter puramente lúdico utilizado nas horas de lazer, mas como um conhecimento capaz de verificar a importância do desenvolvimento cognitivo do aluno, assim como suas contribuições no processo ensino/aprendizagem.

Vale ressaltar que com a aplicabilidade do lúdico no dia a dia escolar o professor pode buscar, através de suas observações, o desenvolvimento da inteligência nas crianças, identificar em que

etapa desse desenvolvimento ocorre a presença do lúdico, facilitando-lhe detectar nessa etapa possíveis causas das dificuldades no desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem.

Portanto, o lúdico traz uma grande contribuição no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, podendo essa, reviver a sua maneira a “vida” ao seu redor com ludicidade e criatividade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Intervenção psicopedagógica no espaço da clínica**. Curitiba: Ibpex, 229p, 2010.
- BRAGA, Ana Lúcia de Abreu; ARAÚJO, Nanci Cássia do Amaral. **Brincar**. Disponível em <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=844>> Acesso em 20 de março de 2007.
- BRAGA, Ana Lúcia. **Brincar – faz-de-conta**. Disponível em <<http://www.sbs.com.br/virtual/etalk/index.asp?cod=1000>> Acesso em 06 de julho de 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília = MEC/SEF, 1998, volume1 e 2.
- FARIA, Anália Rodrigues de. **O pensamento e a linguagem da criança segundo Piaget**. São Paulo. SP, Editora Ática, Série Educação, 82p, 1997.
- GRASSY, Tânia Mara. **Oficinas psicopedagógicas**. 2. ed. rev. E atual. Curitiba: Ibpex, 206p, 2008.
- JAPIASSU, Ricardo Otonni Vaz. **O faz-de-conta e a criança pré-escolar**. Disponível em <www.educacaoonline.pro.br/o_faz_de_conta.asp?f_id.artigo=89> Acesso em 10 de novembro de 2006.
- JAPIASSU, Ricardo Otonni Vaz. **O faz-de-conta e o desenvolvimento cultural da criança**. Disponível em <www.ricardojapiassu.pro.br/O_dev.htm> Acesso em 10 de novembro de 2006.
- LOPES, Josiane. **Jean Piaget**. Disponível em <<http://penta.ufrgs.br/~marcia/estagio2.htm>> Acesso em 06 de julho de 2007.
- MACEDO, Vera Lúcia Viana de. **O faz-de-conta de Jean Piaget na literatura de Monteiro Lobato** / Vera Lúcia Viana de Macedo – BH: Cuatiara, Editora Cuatiara Ltda., 100p, 1996.
- PULASKY, Mary Ann Spencer. **Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança**. Tradução: Vera Ribeiro. Editora Guanabara Koogan S.A.. Rio de Janeiro, RJ, 232p, 1986.

PRINCIPAIS DESAFIOS DE INSERÇÃO INCLUSIVA E DE APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE QUÍMICA NO NÍVEL MÉDIO REGULAR DE ENSINO DA ESCOLA ESTADUAL PAULO PINHEIRO CHAGAS

Geomar Rodrigues de Jesus, Esp. Wilson Magela de Sousa

RESUMO

Esta pesquisa tem como intuito abordar os principais desafios encontrados pelo professor de Química na inserção inclusiva e de aprendizagem de adolescentes com transtornos mentais na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas no município de Novo Oriente de Minas. Discorrer sobre a educação inclusiva no Brasil sem fazer referência aos desafios encontrados pelo professor do Ensino Médio no incentivo à aprendizagem do adolescente especial é muito significativo. A escola é o lugar central quando se pensa em socialização, inclusive ao portador de deficiência mental, pois é neste espaço que o mesmo poderá interagir e se sentir como ser humano igual aos outros que ali frequentam. Nesse mesmo sentido, vale lembrar que a inserção social não é uma tarefa fácil, pois deverá perfazer a participação multidisciplinar de profissionais da educação, da saúde e principalmente da família, para que todas as etapas do processo de inclusão escolar e social ocorram de maneira dinâmica e efetiva. Esta pesquisa tem como objetivo principal mostrar as principais medidas inclusivas e de aprendizagem a serem adotadas pelo professor de Química na inclusão social e escolar de adolescentes com deficiência mental matriculados no Ensino Médio. Para a elaboração deste estudo realizou-se uma entrevista semiestruturada com as professoras de Educação Especial da Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas, bem como uma pesquisa bibliográfica em livros de educação inclusiva e em artigos de base de dados da internet que tratam da inclusão social de indivíduos com déficit mental, tendo sempre como foco a atuação do professor como agente socializador e contribuidor no processo de ensino-aprendizagem do aluno com transtorno mental. Finalizando, ressalta-se que a inclusão social de adolescentes com déficit mental no nível regular de Ensino Médio não é tarefa fácil, pois sabe-se que o aluno desenvolve barreiras de aprendizagem, principalmente nos conteúdos que envolvem raciocínio, interpretação e formulação de cálculos matemáticos que necessitam da resolução de fórmulas como existem no conteúdo básico da química orgânica e inorgânica existentes nos três anos do ensino médio. Assim, vale lembrar ainda que a parceria da escola com a família do adolescente com transtorno mental é a principal metodologia para incluí-lo no convívio social.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Regular. Professor. Química

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema abordar as principais metodologias adotadas pelo professor de Química na inclusão social e escolar de adolescentes com deficiência mental ingressados no Ensino Médio da Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas. Mostra-se aqui os desafios encontrados em melhorar a aprendizagem desses indivíduos e de buscar métodos ao atendimento interdisciplinar e coletivo das vivências e potencialidades desses alunos, tendo como enfoque inseri-los de forma socializadora no convívio escolar e comunitário.

A presente pesquisa faz uma análise crítica acerca da educação inclusiva através de um ponto de vista de investigação do Ensino Médio em particular no conteúdo de Química, responder a

uma necessidade que tem vindo fazer-se sentir no campo da educação especial; ora visto que as escolas públicas do país não estão preparadas para receber discentes com necessidades educacionais especiais no Ensino Médio. Discorrer sobre a educação inclusiva não é tarefa fácil, haja vista que as entidades escolares enfrentam muitos entraves para desenvolverem seus trabalhos com o público acometido por alguma dificuldade psíquica, fisiológica e/ou mesmo social.

O conteúdo de Química por si só já é visto pelos estudantes do Ensino Médio como uma matéria de difícil compreensão, sendo alvo de críticas por grande parte do alunado que alega não saber relacionar Matemática e Ciência Natural; neste imbróglio, é importante citar ao aluno especial, que ao chegar ao Ensino Médio se deparará com a Química, conteúdo voltado para a aprendizagem da natureza e dos seus fenômenos; com isso, não se quer dizer que o aluno especial não tenha capacidade em aprender a Química ensinada no ensino regular, mas, sabe-se que os mesmos encontrarão dificuldades para relacionar os pressupostos teóricos vistos neste conteúdo. Todavia, vale citar que este estudo discorrerá sobre as metodologias que podem ser pensadas para sanar todos esses desafios que surgem no aluno portador de distúrbio mental frequente nos três anos do Ensino Médio.

Neste sentido, é importante destacar alguns pontos que nortearam esta pesquisa: Os adolescentes com déficit mental podem ser realmente inseridos no convívio escolar e social do Ensino Médio? O que o professor de química pode contribuir para interagir adolescente especial - família - escola? Quais são as estratégias e intervenções pedagógicas que podem ajudar o adolescente com deficiência mental a desenvolver suas potencialidades no conteúdo de Química? Quando se questiona e se debate sobre inclusão, vêm à mente das pessoas vários entraves, por isso a relevância deste trabalho é justamente elucidar essas ideias, mostrando que é possível o trabalho interdisciplinar entre a família, os colegas, a escola e a pessoa portadora de distúrbio mental frequente do nível médio regular de ensino, ressaltando a importância de se desenvolver um processo de interação entre os principais ambientes onde os adolescentes especiais se relacionam para que o trabalho flua e gere resultados.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal mostrar as principais metodologias socializadoras e de aprendizagem a serem desenvolvidas pelo professor de Química na inserção escolar do adolescente com distúrbio mental da Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas. Analisar ainda as principais medidas interdisciplinares a serem implementadas pela escola no acompanhamento do adolescente com distúrbio psíquico; e ainda incentivar a participação dos colegas na correlação ensino-aprendizagem do trabalho conjunto com aluno especial para melhorar o conhecimento em Ciências da Natureza em específico no conteúdo de química.

O presente estudo foi desenvolvido através de uma análise literária descritiva e de uma pesquisa de campo na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas, no município de Novo Oriente de Minas, o qual se baseou em entrevista semiestruturada com professoras e coordenadoras pedagógicas, na qual foram enfocados os seguintes temas: Escola Especial para o Ensino Médio; Integração; Inclusão; e a Escola Inclusiva. Optou-se esse por utilizar de uma literatura que aborda a temática educação inclusiva no Ensino Médio em base de dados da internet como artigos científicos e

análise em livros, para avaliar as contribuições dos estudos produzidos, com relação ao tema proposto; assim, foi possível fazer uma junção da literatura com a pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas. Nesta pesquisa, a principal finalidade das entrevistas realizadas com professores e coordenadores tiveram o intuito de conhecer, em primeiro lugar, o ponto de vista dos professores sobre a didática adotada com os alunos especiais nos conteúdos de Ciências Exatas e Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia). Conhecer, também, a prática pedagógica adotada pelos professores que trabalham com os alunos com necessidades educacionais especiais. Para em seguida, identificar os principais problemas encontrados pelos professores que atuam em salas de aulas do Ensino Médio com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais na esfera estadual de ensino. E por fim observar como a comunidade escolar é preparada para receber e dar assistência e respeitar todas as deficiências e habilidades dos alunos com necessidades especiais.

CONHECENDO O CAMPO DA PESQUISA

A Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas é uma instituição da rede estadual de ensino, fundada no dia de 08 de junho 1964, e fica localizada na cidade de Novo Oriente de Minas no Vale do Mucuri (MG). A escola estadual de ensino fundamental e médio considera que aprender é um bem fundamental para a construção e exercício da cidadania.

A Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas atende diariamente em média 1500 (mil e quinhentos) alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno, advindos da zona urbana, da zona rural e do distrito de Frei Gonzaga, tendo em sua grande maioria crianças, adolescentes e jovens de baixa renda.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A educação especial passa a ser reconhecida como obrigatória com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases _ LDB, de Nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, reafirmando o direito à educação pública gratuita e de qualidade para todas as pessoas portadoras de necessidades especiais. Percebe-se que há um leve crescimento nos valores que promovem a igualdade de direitos, onde se propõe um processo educacional inclusivo que contempla a todos de forma significativa (BRASIL, LEI DAS DIRETRIZES E BASES, 2006).

Uma entidade escolar inclusiva é uma instituição educacional na qual todos os recursos disponíveis são empregados cooperativamente para atender as necessidades educacionais de todas as crianças que a frequentam. Escolas inclusivas terão que possuir uma gestão pedagógica forte que garanta um planejamento conjunto dos programas educativos, uma implementação participativa e uma avaliação exigente. Nesse tipo de escola, todos os alunos frequentam turmas adequadas ao seu nível etário. Aprender é um processo condicionado a uma grande variedade de estratégias instrucionais empregadas pelos docentes, a fim de promover a aprendizagem dos seus alunos (MENDES, 2001).

O conceito de necessidades educacionais especiais envolve a população deficiente, mas não se limita exclusivamente a ela. Tanto é de tal modo, que seu princípio essencial é de que as

escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Recebem crianças com necessidades especiais e crianças bem-dotadas, crianças que residem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desamparados ou marginalizados. Todas as escolas de maneira geral devem receber crianças especiais, a escola que se negar a acolhê-los pode responder legalmente na justiça e ainda sofrer sanções do órgão superior da educação da república do Brasil (LOPES, 2011).

As escolas devem estar preparadas para receber os alunos portadores de necessidades especiais, sendo preciso que a entidade escolar detenha de espaços e profissionais especializados no atendimento dessas pessoas, para que o trabalho possa fluir de maneira mútua e acolhedora. A simples inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas classes regulares de ensino, sem qualquer tipo de apoio ou assistência, pode redundar em fracasso, já que não atendem as características exclusivas desses alunos.

Para que a inclusão possa verdadeiramente funcionar, é preciso intenso trabalho de aplicação de recursos, emprego de conhecimento da esfera clínica e escolar nas áreas de aprendizagem e um claro trabalho com a família, pois criar no indivíduo a predisposição de partilhar é produto de um esquema de aceitação e de crédito, que começa e se perpetua com a família. A família, a escola e a sociedade precisam ser enxergadas dentro de uma visão sistemática, cujas dificuldades são apenas narrativas donde não se avistam saídas (MACHADO, 2002). Dificilmente a educação inclusiva irá funcionar sem a participação familiar. Ela precisa ser “figura carimbada” na didática escolar, sua relevância se dá ao fato do educando especial, ver que ele tem apoio, e que não está sozinho nesta luta. As escolas devem esquecer a fantasia de que o aluno tem que se adequar a ela. Pelo contrário, elas precisam tornar-se o caminho mais favorável para o aluno, dando-lhe solução para encarar desafios. Por outro lado a escola precisa mostrar à família que está empenhada e mais de que tudo preparada para buscar todas as potencialidades da criança portadora de necessidades especiais.

Apesar de muitos discordarem do êxito da aprendizagem de adolescentes especiais no Ensino Médio e de sua inserção social, é importante destacar que sua participação no convívio escolar é o caminho mais curto para que os portadores de tais deficiências consigam minimizar seus entraves mentais, seus medos e aumentar seus anseios; pois, já foi mais que comprovado que o jovem especial quando inserido no contexto escolar tendo a participação direta da família, dos profissionais de saúde, da comunidade e dos agentes escolares percebe-se que os avanços em nível motor e psicológico melhoram de forma exacerbada (CARIOLI, 2008).

A INCLUSÃO PARA A APRENDIZAGEM DE ALUNOS ESPECIAIS NO CONTEÚDO DE QUÍMICA

Relacionar o conteúdo de Química com a educação inclusiva no Ensino Médio é sem dúvidas um desafio para o professor atual das escolas públicas e privadas e vale lembrar que a dificuldade de capacitar professores de apoio é outro fator plausível a considerar. A preparação que falta ao professor tem relação direta com o novo, através da falta de saberes com relação à fisiologia das síndromes e dos transtornos com os quais o professor se deparará.

O Amparo Educacional Especializado ao jovem especial que cursa a matéria de Química como conteúdo curricular do Ensino Médio tem como função identificar, elaborar e estabelecer recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos juntamente com os demais, considerando suas necessidades específicas, individuais, bem como suas habilidades e competências. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado devem ser planejadas para cada aluno especial diferentemente daquelas realizadas na sala de aula comum. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Sendo assim o profissional de apoio que auxiliará o professor de química que desenvolve sua atividade laboral com educação especial deve ser particularmente, um educador qualificado e preparado, titular de um saber reconhecido socialmente e aberto às diferenças e as mudanças, e competente no seu trabalho. Contudo, ser dono de uma consciência lúcida voltado para a inovação dos valores éticos, culturais e educacionais; conhecedor de sua realidade histórica e dos problemas encontrados. Somente desse modo é que poderá cooperar para o aprendizado mútuo do educando no conteúdo de Ciências da Natureza.

Como já foi citado, o conteúdo curricular de Química que é ministrado nos 3 anos do Ensino Médio perfaz a resistência do educando, a maioria alega dificuldades em assimilar os conteúdos que envolvem as ciências da natureza; todavia, o que se pretende neste estudo não é fazer críticas ao modelo de educação inclusiva que está sendo obrigatório nas escolas, mas sim pautar as principais dificuldades que o professor encontra ao receber um aluno especial que chega “com uma gama” de barreiras e as impõe sobre o educador. Entre estes entraves é notório citar as barreiras físicas, sociais, arquitetônicas e mesmo com relação à dificuldade de aceitação dos colegas com a dependência do aluno especial se não forem preparados para lidar com a diferença.

No que tange a assistência ao professor regente do Ensino Médio na intervenção ao aluno com transtorno mental é plausível evidenciar que as metodologias não estão sendo efetivas, vale lembrar que a maior dificuldade é observada nos professores que lecionam as matérias curriculares no campo das Ciências da Natureza e Exatas (Química, Física e Matemática).

Os órgãos gestores que criam as leis precisam mudar o olhar para a educação especial no que diz respeito à inclusão de adolescentes com transtornos mentais no ensino regular no nível médio.

METODOLOGIAS PARA O APRENDIZADO DO ALUNO ESPECIAL NO CONTEÚDO DE QUÍMICA

Nos últimos anos, a luta pela inserção social de adolescentes com déficit mental e com transtornos globais do desenvolvimento vem crescendo paulatinamente; todavia, as instituições de ensino não estão sendo preparadas e capacitadas para auxiliar e orientar holisticamente o aluno com déficit mental.

Uma alternativa que está sendo bastante utilizada pelos professores de apoio da Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas em parceria com os professores do Ensino Médio para o atendimento individual e coletivo do aluno especial é a sala de recursos, pois é uma metodologia pedagógica de acolhimento especializado, de caráter inovador que é parte integrante e suplementa o acolhimento educacional efetivado em classes comuns do Ensino Médio e Fundamental da referida escola. O ingresso do educando na sala de recursos dar-se-á a partir de avaliação no contexto escolar, completada por equipe multidisciplinar, externa à escola.

Segundo documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2006) as Salas de Recursos Multifuncionais são lugares da escola onde se busca o atendimento educacional individualizado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do incremento de estratégias de aprendizagem, situadas em um novo fazer pedagógico que beneficie a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que ampliem o currículo e compartilhem da vida escolar.

Das muitas atividades curriculares que são realizadas no atendimento especializado em salas de recursos destacam-se o ensino de libras, o Braille e o soroban, atividades como pinturas, desenhos, jogos, comunicação alternativa, entre outros (BEZ, 2009). Em específico para o conteúdo de Química, os alunos constroem toda a tabela periódica utilizando o método de libras que é exposto no painel, além de haver uma parceria do professor de Química juntamente com as professoras de apoio na realização de pequenas experiências com alunos especiais para a fixação de conteúdo.

O intuito principal da sala de recursos que funciona num ambiente independente da Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas é auxiliar os educadores que possuem nas salas de aula em comum, alunos com necessidades especiais e discentes sem essas condições, que aqui não se pode chamá-los de normais, pois poderia ser entendido como uma discriminação e preconceito.

Para frequentar a sala de recursos da escola, o aluno deverá estar primeiramente matriculado na escola, ter sido avaliado por um psicopedagogo ou profissional afim; o aluno deverá receber o auxílio de acordo com a sua necessidade, sempre em horários que não coincidam com a sua interação com os outros colegas de classe. O acolhimento em sala de recursos necessitará ser feito de forma individualizada ou em grupo e o tempo de trabalho coletivo não deverá ultrapassar o tempo do trabalho individual. Os atendimentos feitos em grupo deverão ser preparados por faixa etária e/ou conforme necessidades pedagógicas.

O desafio de trabalhar com inclusão no Ensino Médio requer um trabalho de pesquisa e busca das vias para contribuir para a socialização e aprendizagem dos educandos com necessidades especiais. Analisando todos os métodos capazes de melhorar o ensino de Química para o jovem com déficit mental pode-se usar poucas metodologias. Uma forma de contribuir para o aprendizado do jovem especial se baseia principalmente na fundamentação cerebral de imagens, pois, existem muitas teorias que relatam uma maior fixação de conteúdos atrelados a captação de figuras e símbolos.

Observando as metodologias usadas para os alunos especiais da Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas foi feita uma análise com as professoras de Educação Especial que acompanham os jovens com Déficit mental matriculados no Ensino Médio e foi passado para elas a importância da busca por métodos que utilizem símbolos que visam aumentar o trabalho cerebral para a fixação do conteúdo de Química.

O conteúdo de Química que é lecionado no Ensino Médio é de fácil relação com a postulação e imposição de figuras para a fixação de conteúdo. Como o desafio proposto é avaliar a inserção de alunos no ensino especial do Ensino Médio da Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas, algumas metodologias foram pensadas para serem trabalhadas com 2 alunos do 1º ano B da referida instituição. Para a introdução do conteúdo de misturas foi solicitado às professoras de apoio que acompanham os dois alunos a trazerem para as salas água, óleo, feijão, sal e três copos de 100 ml para exposição do conteúdo; foi mostrado aos alunos especiais as diferenças entre as misturas homogêneas e heterogêneas. Para essa assimilação seguiu-se o pressuposto de que qualquer pessoa aprende mais quando ouve e visualiza.

A escola inclusiva exige uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos educandos. Assistir as necessidades especiais dos alunos atendidos no campo da escola regular exige que os princípios educacionais mudem, não somente as suas atitudes e perspectivas em relação a esses alunos, mas ainda que se preparem para formar uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades (KIRK, 1996).

Os procedimentos utilizados e as metodologias destinadas a alunos com necessidades educacionais especiais devem constar da programação de aula do professor e podem ser seguidas coerentemente. A afinidade professor/aluno atende as dificuldades de comunicação do aluno, até mesmo a necessidade que alguns têm de empregar sistemas alternativos (língua de sinais, sistema Braille, sistema bliss ou similares.). A relação entre colegas é marcada por atitudes positivas (MENDES, 2001).

Para facilitar o aprendizado do aluno especial no conteúdo de Química os alunos são agrupados de modo que favoreça as relações sociais e o processo de ensino e aprendizagem e em hipótese alguma, nesses momentos, o aluno especial deverá ser separado do restante do grupo, pois prejudicará sua socialização. Na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas é trabalhado com alunos a pesquisa semanal, um método que utiliza uma caderneta da Química, e semanalmente os alunos buscam referências em livros e sites sobre temas propostos sempre com o auxílio do professor de apoio ou de um familiar.

O trabalho do educador da sala de aula e dos professores de apoio ou de outros profissionais envolvidos no processo deve ser realizado de forma associativa, participativa e interativa, além de bem resolvido do ponto do panorama dos objetivos, da confiabilidade e da coordenação que deve incluir-se no âmbito escolar (MARCHESI, 2004).

A coordenação do ambiente e dos aspectos físicos da sala de aula devem analisar a funcionalidade, o bom emprego e a otimização desses recursos, a adequação e a utilização dos

recursos materiais, equipamentos e mobiliários realizam-se de modo que beneficie a aprendizagem de todos os alunos. O artifício da internet vem sendo um enorme ganho no campo da educação especial na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas, pois seus recursos impressionam os jovens com transtornos mentais. Esse recurso deve ser utilizado sem sombra de dúvidas adequando uma parceria entre o profissional de Química e o professor de Informática da escola.

A organização do período da atividade deve ser feita considerando os serviços de apoio ao aluno, pois cada educando precisa de um período para se adaptar ao novo modelo que será trabalhado com ele, é importante também respeitar o ritmo próprio de aprendizagem e execução de cada um, pois como foi citado o conteúdo de química é muito criticado pelas formas na qual o mesmo é passado; não se deve repetir demais as atividades na sala de recursos, pois os alunos podem considerá-las cansativas, no entanto eles não demonstram esta noção (KIRK, 1996).

O planejamento de Química para os alunos especiais deve ser preparado de maneira individualizada e que contenha atividades amplas com diferentes níveis de dificuldades e de realização; de nada adianta pensar apenas em atividades fáceis que eles realizarão com tamanha destreza, se a mesma não esteja contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual; como por exemplo, nas salas de recursos que se usam massinhas de modelar para a construção dos símbolos dos elementos químicos, de fato é uma atividade importante, pois possibilita a recreação e a compreensão de cada átomo, mas não deve ser muito enfatizada é preciso ter atividades diversificadas, para o seguimento do planejamento de Química como um todo.

Para que os adolescentes e jovens integrantes do currículo do Ensino Médio com necessidades educacionais especiais possam participar totalmente de um espaço rico de ensejos educacionais com efeitos favoráveis, alguns aspectos precisam ser avaliados, destacando-se entre eles: a elaboração e a dedicação do quadro educacional escolar, os professores, a comunidade e a família; O apoio correspondente e os recursos especializados, quando forem solicitados, pois sem investimento em material humano e equipamentos é impossível a construção de uma escola inclusiva.

A REALIDADE DAS PROFESSORAS DA ESCOLA ESTADUAL PAULO PINHEIRO CHAGAS FRENTE À IDEIA DE EDUCAÇÃO FRENTE DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO

A partir das entrevistas realizadas com 06 (seis) educadores da rede regular do Ensino Médio que atuam com os conteúdos de Química e Física na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas, foi feita uma apreciação crítica sobre quais são os empecilhos que os professores enfrentam ao ensinar alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Médio, além de saber suas compreensões sobre a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais na rede regular de ensino e o que esses profissionais percebem sobre inclusão e educação inclusiva e quais são os principais impasses com os quais o docente é defrontado diante de um ambiente educativo inclusivo.

Para a abordagem dos educadores da escola foi feita uma entrevista com questões abertas e diretas com o objetivo principal de analisar o programa de educação inclusiva que começou seus

trabalhos há pouco mais de 2 anos na entidade escolar. A princípio, quando confrontados a falarem sobre o que achavam do programa de educação inclusiva, os questionamentos foram bastante parecidos, os educadores enfatizaram que no papel o projeto é muito bonito, e que é estimulador ao profissional capacitado, mas que no dia a dia a realidade é diferente.

A primeira pergunta que fora direcionada para os seis professores, solicitava que os mesmos dissessem o que eles entendiam por educação inclusiva. Todos justificaram ser um modelo de atenção especial que visa atender de maneira integral todas as crianças com as mais diferentes incapacidades físicas, sociais, mentais e de aprendizagem. Relataram também que é um programa bastante instigador, que coloca frente a frente família, estado e profissionais, possibilitando-lhes olharem um pouco mais para todos os indivíduos que há anos não eram lembrados pelos órgãos de educação.

A professora S.R.S destacou que:

“A educação inclusiva que está sendo implementada na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas é um sonho para pais e alunos, que sempre pensaram na inserção social de seus filhos no contexto da escola regular, no entanto, penso que nós precisamos de muito apoio para podermos atendê-los com capacidade e principalmente com qualidade”.

Quando questionados sobre quais metodologias utilizavam nas salas de recursos para atender os alunos especiais do ensino médio, 5 professores responderam que trabalham com o que é oferecido pela escola, destacando que a instituição está apenas começando a receber individualmente adolescentes e jovens especiais em salas de recursos, e que não detém ainda materiais específicos para trabalharem dentro das normas do programa. Uma professora destacou que utiliza materiais próprios como argila, isopor, giz, papelão, jogo de memória, equipamentos que contribuem para o desenvolvimento da motricidade e da mente, mas alegou também que a instituição não possui todos os recursos de que ela necessita; e lembrou também, que o número de professores especialistas nesta função não está atendendo toda a demanda que chega anualmente.

O educador M. R. S explanou que: “No papel, a educação inclusiva é muito bonita, mas, a realidade é diferente, pois o professor precisa se desdobrar para dar seguimento a um plano de aulas que não consegue ser acompanhado pelo aluno especial em detrimento de suas capacidades; principalmente quando o conteúdo envolve lógica e raciocínio, como a Química.” Os educadores reclamaram da ausência de um coordenador que também fosse especialista em educação inclusiva, o que beneficiaria e muito, não somente o seu trabalho, como o aprendizado dos alunos especiais. Pois a demanda para o Ensino Médio é bem maior que para as crianças especiais.

A docente T. R. M, esclarece que: “o professor de educação inclusiva precisa de assistência técnico-pedagógica efetiva, que atue e colabore com o processo, pois, o projeto é novo e muitas dúvidas surgem constantemente”. Falta mais conhecimento matemático para o professor de apoio para repassar seus conhecimentos ao aluno especial.

Com relação a realização de cursos de treinamento e capacitação no âmbito da educação especial, todos os professores disseram já terem participado de cursos rápidos de poucas horas; um professor destacou ter realizado um curso de psicopedagogia e Libras e em conclusão uma pós-graduação de educação inclusiva.

Seria relevante destacar que o preparo dos professores pesquisados está bastante defasado e precário. Como esses educadores sem treinamento poderão atender, por exemplo, adolescentes surdos com dificuldades em Química? É impossível transmitir a elas (as crianças) algum conhecimento se o educador não é conhecedor de LIBRAS.

Ao serem arguidos sobre as principais dificuldades encontradas por eles para desenvolverem seus trabalhos com adolescentes e jovens especiais, todos os professores relataram ter muita dificuldade, principalmente porque as escolas não receberam suporte da Secretaria de Estado da Educação. A escola está incumbida de promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, tanto na parte de infraestrutura, de recursos de materiais didáticos, de auxílio aos professores para saberem como atuar com esses alunos e na parte de acolhimento, não somente dos alunos com necessidades educacionais como também de seus familiares. Segundo os educadores, o projeto foi lançado e rapidamente eles tiveram que se desdobrar para darem conta do público. São esses, precisamente, os fatores que impedem os docentes de atuarem de uma forma mais assistida e terem um trabalho mais dinâmico, no que tange a seu desempenho junto aos alunos.

Dois professores também relataram que alguns alunos não conseguem avançar por diversos fatores, entre eles a própria desqualificação dos profissionais que os atende, a falta de recursos didáticos que impossibilita o progresso e principalmente as mudanças periódicas de professores no Ensino Médio que sempre utilizam de licenças de saúde para se afastarem das salas de aula.

Percebe-se que o dilema foi lançado, recusar um adolescente, um jovem ou uma criança especial na escola, está fora de cogitação, mas carece de ressaltar que sem investimentos fica impossível desenvolver um trabalho forte, bonito e dinâmico. Ano após ano, criam-se uma infinidade de projetos, mas a grande realidade é que na prática eles são muito falhos; faz-se necessário uma mudança nas formas com que se pensam esses programas, pois antes de colocá-los em prática é preciso conhecer a realidade de cada ambiente, da população atendida, dos problemas e principalmente de todas as necessidades da escola que os receberá.

Quando se pôs em questão para os professores pesquisados neste estudo, a respeito da participação da família, eles foram categóricos, esclarecendo que as famílias dos alunos especiais precisam ser mais presentes, pois, segundo eles, quando os alunos percebem que as mães e os responsáveis estão participando da vida escolar deles, os avanços são notórios. Os professores destacaram que muitas mães não aceitam a condição dos filhos, acham que eles não têm deficiência nenhuma, atrapalhando o processo ensino-aprendizagem, conferindo toda a responsabilidade de desenvolvimento da criança à escola, e, assim sendo, ao professor. Essa é uma das muitas queixas dos docentes.

O senhor J. P. O pai de uma aluna com déficit auditivo disse: “Estou gostando muito do atendimento individual que minha filha está recebendo, pois acho que de seis meses pra cá ela aprendeu bem mais, e percebo que ela está mais esperta em casa”.

Os educadores devem usar as reuniões escolares para conscientizarem a família sobre o valor de uma relação maior com a vida escolar dos filhos, em qualquer âmbito educacional que o estudante se encontre. Esse envolvimento da família na vida escolar dos filhos é muito importante, pois observando o interesse dos pais no aprendizado dos filhos o profissional se sentirá mais motivado e a integração família–escola-professores se torna ainda mais importante e significativa. Não simplesmente com a intenção de ajudar no bom progresso da tarefa pedagógica do professor, mas ainda como forma de favorecer o avanço do aluno que é o indivíduo mais importante nesse contexto de busca do resgate da dignidade da criança com necessidades educacionais especiais.

Difícilmente o progresso da inclusão do aluno especial será satisfatório se os pais não forem parceiros ativos nesta busca. É de grande valia a integração da família, para que todos os esforços dos profissionais que ali estão inseridos não sejam em vão.

E finalizando a entrevista com os seis docentes, foi direcionada a eles a última pergunta, solicitando que os mesmos destacassem o suporte que é oferecido a eles advindo da coordenação escolar para o acolhimento à criança especial no Ensino Médio; todos os professores foram enfáticos, destacando que não existe suporte algum, relataram que as supervisoras e coordenadoras também não possuem preparação específica para direcionar os trabalhos a serem realizados com este público que chega à escola.

É interessante destacar que quando se lança um plano de ações a ser desenvolvido com certo público o “terreno precisa ser preparado”, e vale lembrar que não foi isso que aconteceu. Os governos estadual e federal precisam reciclar esses professores, torná-los mais “sedentos” do saber, investir de forma consistente nos profissionais que têm. Com um programa pensado há tantos anos, era crucial que esses cursos de especializações para atender portadores de necessidades educacionais especiais fossem oferecidos gratuitamente na rede regular de ensino.

CONCLUSÃO

Diante de todas as análises levantadas neste estudo, é importante destacar ainda, que a escola inclusiva é de fato uma ideia bastante inovadora, e que pode ser precursora de muitos avanços na educação especial. Muitas barreiras precisam ser quebradas para que o aluno com necessidades educacionais especiais possa ser figura assídua na dinâmica escolar do Ensino Médio e isso só irar ocorrer se o país criar mais políticas públicas inovadoras para beneficiar ainda mais essas pessoas.

Vale citar que não se quer com esta pesquisa fazer com que os alunos especiais do Ensino Médio sejam buscadores e estudiosos da química, o que se pretende é a interação maior com os fenômenos que se expressam na natureza e sua relação com este conteúdo; pois o importante é

fazer com que esses alunos tenham uma base sólida da utilização deste conteúdo no seu dia a dia.

Todavia é plausível lembrar que os problemas se repetem nas escolas públicas de todo o Brasil, cujo profissional não recebe o apoio necessário para desenvolver seu trabalho. É bastante inovador e bonito investir na escola inclusiva, mas de nada adianta se o professor não está preparado para receber este público. Na pesquisa que fora realizada na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas só remete o que ocorre no resto do país, com docentes inconformados com a falta de materiais e tendo que arcar com as despesas para cumprirem a exigência pregada pelo Estado da obrigatoriedade de receber alunos especiais, não que se questione a inclusão, mas para que a mesma aconteça as escolas precisam estar “com o terreno preparado” para receber este público.

Os educadores da escola pesquisada destacaram com muita ênfase a falta de preparação e o anseio em aprender a lidar com cada especialidade de alunos especiais que chegam ao Ensino Médio. Investimento é palavra mais ouvida na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas, capacitação é o lema certo deste processo inovador que surgiu nesta década.

E por fim, é plausível ainda considerar que as faculdades e as universidades devem contribuir para esse processo de inclusão, obrigando as mesmas a colocarem nas grades curriculares de seus cursos de formação de professores de Química, Física, Biologia, Pedagogia e demais áreas, o ensino sobre e inclusão e suas mais variadas formas de necessidades educacionais especiais para que ao aluno especial seja atendido de forma holística.

REFERÊNCIAS

- BEZ, Silva da Andréia. **A educação inclusiva no município de santa rosa do sul (SC): Realidade, dimensões e contribuições**; Cuiabá, 2009. Disponível em: <http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971andreia_da_silva.pdf> acesso em 15 de julho de 2014
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental**: educação especial. Brasília: MEC, 2008
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10/09/2014
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Salas de Recursos Multifuncionais**: espaço para atendimento educação especializado. Brasília: 2006.
- FONSECA, Vitor da. Educação especial: Programas de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Idéias de Fuertein. 2 ed. rev.aum. Porto Alegre: artes Médicas, 1995.
- KIRK, Samuel A. **Educação da criança excepcional**. 3. ed São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LOPES, Souza Neilza. **Educação inclusiva: Os impasses na atuação pedagógica dos professores de alunos com nee (necessidades educacionais especiais) inseridos em classes regulares, na rede municipal de ensino**. universidade do estado da Bahia – Uneb departamento de educação - campus I curso de pedagogia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-Neilza-Souza.pdf>> acesso em 12 de

agosto de 2014

MACHADO, Cesar Paulo. **A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos: Um olhar do egresso surdo sobre a escola regular.** Universidade do Sul de Santa Catarina Pró-Reitoria Acadêmica . Diretoria de Pós-Graduação. Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/nepes_dissertacoes/a_politica_integracao_inclusao.pdf> acesso em 16 de setembro de 2014

MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento e educação das crianças surdas. COLL, Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> acesso em 15 de julho de 2014

MENDES, E. G. **O planejamento de serviços para indivíduos com necessidades educativas especiais no Brasil.** Texto elaborado para uso interno e exclusivo da disciplina “Educação especial no Brasil”. UFSCar, São Carlos, Abril de 2001.

MONTEIRO, Mriangela da Silva. A educação especial na perspectiva de Vygotsky. Juiz de Fora: EDUFJF, 1998.

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Josefa da Silva Costa; Msc. Leonardo Cristiano da Silva; Msc. Tânia Vieira Dias

RESUMO

O trabalho apresentado possui como assunto central a importância da música na Educação Infantil, de 0 a 5 anos, visto que a música é uma ferramenta pedagógica imprescindível na infância (alfabetização e desenvolvimento da criança).

A música tem positivities e deve ser explorada pelos educadores em alguns eixos de trabalho com o educando, como: interação das crianças, atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula ou em outras situações relevantes.

O intuito central da pesquisa é observar as várias contribuições que a música pode proporcionar para o desenvolvimento da criança e a forma que os educadores a utilizam de acordo com a faixa etária do educando, visto que a música é comprovadamente positiva desde a formação da criança no ventre da mãe.

O artigo elaborado parte de alguns estudos e vivências na Educação Infantil, representando, com isso, uma concepção com exemplos práticos da música para os educadores.

Palavras chaves: música, desenvolvimento infantil, alfabetização, atividades pedagógicas e interação.

INTRODUÇÃO

A música é uma forma de arte que se constitui da combinação de vários sons e ritmos, tanto no campo popular quanto no erudito podendo ser usada em qualquer ocasião.

Considerando que a música é muito importante na vida do ser humano, independente da idade, classe social ou nacionalidade, pois marca gerações. Em muitas culturas a música acompanha a história da humanidade e está presente em quaisquer lugares.

Essa investigação apontou que há diversas maneiras de contribuição da música no desenvolvimento da criança, visto que ela se faz presente desde o ventre da mãe e acompanha o desenvolvimento delas, principalmente nas escolas, como em brincadeiras infantis, interações entre as crianças e o professor ou até mesmo estabelecendo regras de forma contextualizada e divertida.

Considera-se relevante o estudo sobre “a importância da música na Educação Infantil”, porque na escola, a ela é usada em todo momento, principalmente no recreio para se distraírem com “musiquinhas” repetitivas com intuito de falar sobre algum assunto (hora do lanche, hora da entrada, despedida) ou com o objetivo de ensinar algo a partir da música (alfabeto, números). De todas as maneiras em que a música é usada, seja na diversão ou aprendizagem, é sempre presente a aquisição de novos vocábulos, o desenvolvimento ou a socialização entre educandos e educadores. Além disso, vários estudos comprovam a grande importância da música na vida da criança, inclusive para a construção de sua cidadania (BRITO 2003; GODOY E FIGUEIREDO, 2006; ONGARO E SILVA, 2006).

Percebe-se que a música na Educação Infantil colabora com o desenvolvimento da criança, em quaisquer campos, almejando que essa não seja apenas uma prática descontextualizada, mas um complemento, um meio para o melhor entendimento e trabalho das muitas atividades realizadas na educação infantil, que além de desenvolver a sensibilidade musical pode ainda ajudar no desenvolvimento de outras potencialidades da criança.

A motivação para esse trabalho partiu das diversas leituras sobre a música, sendo as mesmas norteadoras para desenvolver desse artigo: “Como a música pode privilegiar o desenvolvimento da criança no Ensino Infantil”. A partir dessa motivação, buscaram-se as concepções que educadores lidam com a música direcionada à faixa etária das crianças no Ensino Infantil.

O artigo desenvolvido tem como objetivo perceber as diversas maneiras de interação da música com o trabalho desenvolvido pelo educador, isto é, as contribuições da música para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil; interação da música com as atividades pedagógicas desenvolvidas; entender os aspectos positivos que a música pode trazer às crianças.

BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MÚSICA

A música sempre esteve presente nas mais diversas civilizações desde a antiguidade, como gregos, egípcios e árabes. A palavra música tem origem na mitologia grega e significa “a arte das musas”. As musas eram seres celestiais ou divindades que inspiraram as artes e as ciências e tinham Orfeu, filho de Apolo, como seu deus. Orfeu foi, na mitologia grega, o deus da música.

Já na Roma antiga, a música não atingiu grande desenvolvimento, como podemos constatar na obra *História da música*, de Ellmerich (1973 p.26-27), em que diz: “os romanos não alcançaram grande desenvolvimento nas artes em virtude de sua tendência guerreira e de constantes preocupações nas lutas de conquista. Assim, o florescimento artístico romano começa com subjugação da Grécia em 146 aC”.

Já no Brasil, a educação musical teve seu início com a chegada dos portugueses. Os jesuítas usavam a música como instrumento para catequizar e inserir a cultura e valores portugueses, fazendo, com isso, os índios se esquecerem de sua cultura e valores locais. Nesse momento, a educação musical era usada, estritamente, para o ensino da religião e seus conteúdos aumentavam a dificuldade gradativamente. O intuito era ensinar a religião através de músicas repetitivas e, assim, memorizavam e aprendiam. Essa fase ocorreu até o período colonial.

Essa metodologia do ensino da música estendeu-se com a chegada da Família Real, contudo não se restringiu apenas à religião, mas desenvolveu-se e abrangeu, também, o teatro. Em 1854, o ensino da música se institui formalmente na escola pública por meio de um decreto. Somente em 1889, sai um decreto que exige a especialização do professor para o ensino de música, no intuito de sistematizá-la enquanto área de conhecimento na educação básica.

A partir do século XVII, a música popular ganha força no Brasil, principalmente o lundo ou landu, inicialmente uma dança africana, assim descrita por Mário de Andrade (1980). No período colonial e primeiro império chegam ao Brasil as valsas, polcas, tangos e outras diversas

manifestações musicais estrangeiras, que no Brasil achavam veículo de expressão. Em relação a isso, Renato Almeida expresso em seu livro *A História da Música Brasileira* (1926, p.108):

“Queremos dizer que, na nossa música popular, é fácil distinguir as origens rítmicas, embora não se conservem exatas e essenciais. Um mundo de influências e interferências, o clima, o caldeamento do sangue, o cultivo e as condições de vida de lugar a lugar, tudo isso, que a arte popular reflete, refrangendo no prisma de suas intenções fez com que os cantares fossem variando dia por dia, contornando-se, modificando-se, mas sem perder o caráter básico e definitivo do ritmo”.

Novos ritmos musicais foram trazidos nos séculos XIX e XX, com a vinda do povo europeu ao Brasil (trabalho nas lavouras de café e algodão). Os europeus chegaram cheios de gingados trazidos de suas terras, como a mazurca, que acaba sendo brasileira (sic.) e transformada no maxixe. Essa transformação de ritmo dá origem ao choro. Mas, uma música popular brasileira só se formaria mesmo com o carnaval carioca e a chegada do gramofone ao Brasil na década de 1930 do século XX.

Essa transformação de ritmo dá origem ao choro. Mas, uma música popular brasileira só se formaria mesmo com o carnaval carioca e a chegada do gramofone ao Brasil na década de 1930 do século XX.

Só em 1854, o ensino de música foi regulamentado no Brasil, mas não havia formação compatível, por parte dos professores, e a música era usada para o controle dos alunos. Loureiro (2003) explica que nessa fase era dada pouca ênfase aos aspectos musicais pela escola. A visão de trabalhar na educação musical, os aspectos culturais dos alunos, seu meio e a música como elemento de interação entre as outras disciplinas escolares, apareceriam em nossa história a partir da metade do século XX, junto à evolução da educação infantil como instituição educativa.

Uma proposta da Escola Nova Formulada por Anísio Teixeira tornou a arte acessível a quaisquer pessoas, assim o ensino da música nas escolas era para todas as pessoas, além disso, auxiliava na formação do cidadão em geral. Depois disso, surgiram os Conservatórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, neles aprendia-se a tocar os instrumentos musicais, não tão abrangentes como nas escolas.

Em 1920, a música teve um novo foco: “valorização de sua função social e a cultura popular brasileira”. A partir daí a música passou a ter sua característica cultural e brasileira. As escolas adotaram, como parte do currículo a “música” e, depois de alguns anos, a disciplina mudou de Educação Musical para Educação Artística, assim abrangeu outros tipos de artes: música, teatro, artes plásticas e desenho; com isso, a música ficou em segundo plano dentro das unidades escolares.

Depois da extinção da “Educação Musical”, a música não teve grande importância nas escolas, visto que deixou de ser considerada como um estudo científico. Os alunos passaram a escolher as atividades a desenvolverem nas aulas de Educação Artística.

Somente, em 1996, a LDB institui a disciplina de Arte como obrigatória, contudo mais uma vez sem credibilidade, já que haviam poucos professores formados em música (FONTEERRADA, 2005, p. 192 a 259).

Figueiredo (2002, p. 48) reforça a ideia de que a história da arte, mesmo depois de obrigatória, é abordada de qualquer jeito, mesmo porque quando a música é abordada em qualquer ocasião, cantada em recreios ou na chegada em sala de aula, caracteriza a abordagem da música em sala de aula.

“Até hoje as experiências de ensino de artes nas escolas brasileiras não deram conta de estabelecer uma consciência da importância ou da necessidade das artes no desenvolvimento dos indivíduos que frequentam as escolas, e não se pode ingenuamente acreditar que por causa de um parágrafo da LDB as mudanças de concepção serão imediatamente elaboradas, implementadas e aceitas por uma comunidade desabituada a tal situação”. (FIGUEIREDO, 2002, p. 43).

Por fim, mesmo sabendo das várias abordagens da música dentro das escolas, ainda se percebe que sua inserção continuará sendo feita gradativamente, mas com seriedade e maior ênfase no Ensino Infantil e com cunho pedagógico reforçado.

DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA A PARTIR DA MÚSICA

O desenvolvimento de uma criança está em várias situações e fases, não somente a partir daquilo que se vê, já que cada fase de desenvolvimento envolve o emocional, o social e o intelectual. A criança se desenvolve gradativamente com o passar do tempo e com a vivência em diversas situações cotidianas, estando em constante desenvolvimento!

Os educadores precisam entender o comportamento da criança e, com isso, auxiliá-la em seu desenvolvimento, já que ela depende deles para um direcionamento. Assim, em qualquer atividade da criança, o envolvimento da música é muito importante: a música estimula o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, atenção, movimentação e, principalmente, a interação, tão importante nessa fase da vida.

“Todos os aspectos do desenvolvimento estão intimamente relacionados e exercem influência uns sobre os outros, a ponto de não ser possível estimular o desenvolvimento de um deles sem que, ao mesmo tempo, os outros sejam igualmente afetados”. (WEIGEL, 1988, p.13).

O desenvolvimento da criança ocorre em todas as situações de sua vida, tendo início em seu contato familiar, primeiro laço de vivência, e estendendo-se para várias comunidades das quais participa, por exemplo, a escolar.

Na comunidade escolar, a criança aprende a interagir com outras crianças e, com isso, descobre seu próprio mundo. Uma das melhores maneiras facilitadoras para essa interação é a inserção da música.

“A expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade, promove autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética. A música também cria um terreno favorável para a imaginação quando desperta as faculdades criadoras de cada um. A educação pela música proporciona uma educação profunda e total”. (ONGARO E SILVA, 2006, p. 2).

Para Chiarelli (2005), a música é importante para o desenvolvimento da inteligência e a interação social da criança e a harmonia pessoal, facilitando a integração e a inclusão. Para ele, a música é essencial na educação, tanto nas atividades como sendo instrumento de uso na interdisciplinaridade na educação infantil, dando inclusive sugestões de atividades para isso.

A música é tão importante para o desenvolvimento da criança que vários estudos efetuados nas décadas finais do século XX, comprovam que, mesmo no útero de sua genitora, a criança desenvolve reações a quaisquer estímulos sonoros. A música, também, traz efeitos muito significativos no campo da maturação social da criança, já que quando adultos, lembramos muito de alguns momentos de nossa infância devido às cantigas infantis. Às vezes, quando indagados sobre a infância, muitos adultos pouco se lembram, mas, na maioria das vezes, ao ouvirem algumas músicas infantis, lembram-se de fases de suas vidas remetidas através da música.

De acordo a Platão, a música é feita de sons, que se manifestam em movimentos ordenados. O bem específico da música é a capacidade de introduzir ordem e beleza de forma perfeita nas ações e na vida. Ele define a música como arte educadora por excelência que, penetrando na alma por meio dos sons, inspira o gosto pelas virtudes. Por esta razão, na verdadeira educação está presente a música. Ela não pode transmitir outra coisa se não as virtudes. Na música estão contidos três elementos: as palavras, a harmonia e o ritmo. Daí a importância da boa e verdadeira música. A música penetra diretamente em nossos centros nervosos e ordena de maneira rápida e imediata a divisão do tempo e do espaço.

“A música, tem o poder de acalmar e disciplinar uma criança, portanto facilita a aprendizagem, seja ela formal ou no âmbito familiar. Ela é um dos estímulos mais potentes para os circuitos do cérebro, além de ajudar no raciocínio lógico matemático, contribui para a compreensão da linguagem e para o desenvolvimento da comunicação. Atua nos dois hemisférios do cérebro. O direito que é criativo e intuitivo e o esquerdo que é lógico e sequencial” afirma Paulo Roberto Suzuki – Musicoterapeuta.

Sabe-se da importância de estabelecer regras para o reconhecimento dos limites na educação da criança, e quem nos ensina isso é a própria natureza, que nos mostra a todo instante a presença do ritmo, da harmonia e do som. Sabe-se que a música nos traz elementos para estabelecer a harmonia, porque é a própria harmonia.

Nenhuma criança permanece quieta enquanto canta! Bate palmas, bate os pés e dança, ou seja, os instrumentos naturais do próprio corpo, em sua qualidade de gestos rítmicos primordiais, complementam a expressão melódica do canto. Considerando que o movimento para a criança é tão necessário quanto o repouso e a alimentação, mais um motivo para considerar a música como elemento primordial em sua educação. Além disso, a criança se desenvolve mais rápido quando cresce em meio à cantigas/músicas, principalmente na escola, quando inserida, ainda, na Educação Infantil.

“Uma ação pedagógica eficaz é cantar, ouvir boas músicas, ouvir músicas clássicas, ouvir sons da natureza junto com os filhos”.

Para cantar com a criança, não é necessário possuir técnicas vocais, e sim deixar a voz sair do coração e passar pela garganta carregada de emoção, e assim conduzi-la, nesse mundo mágico em que ela vive. Cante com ela e os laços afetivos certamente serão fortalecidos, facilitando assim o seu processo educativo. Esse “cantar” com a criança pode ser em sua comunidade familiar e estender-se à comunidade escolar, no caso, Educação Infantil, e, também, é independente se possui cunho pedagógico ou apenas afetivo, pois em qualquer situação, a música privilegia o desenvolvimento da criança (afetivo social e pedagógico).

“Os bebês e as crianças interagem permanentemente com o ambiente sonoro que os envolve e – logo – com a música, já que ouvir cantar e dançar são atividades presentes na vida de quase todos os seres humanos, ainda que de diferentes maneiras. Podemos dizer que o processo de musicalização dos bebês e crianças começa espontaneamente, de forma intuitiva, por meio do contato com toda a variedade de sons do cotidiano, incluindo aí a presença da música”. (BRITO, 2003, p. 35).

PRÁTICA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nos berçários, brincadeiras que envolvem música, canto e movimento possibilitam a percepção rítmica, mesmo porque os bebês produzem ruídos e balbucios desde recém-nascidos. Proporcione diversas situações e experiências de explorações e descobertas tanto sonoras quanto musicais para os bebês.

Até por volta de um ano e meio, a criança mais ouve do que canta, no entanto, já demonstra suas preferências e as acompanha de alguma forma. Em um segundo momento, canta os finais das frases ou as partes preferidas e, muitas vezes, um pouco depois de nós. A partir dos 3 anos, a criança já entoa todo o repertório de seu meio, cantando integralmente muitas das músicas conhecidas.

Para Ongaro e Silva (2006, p. 3) “As atividades musicais nas escolas devem partir do que as crianças já conhecem desta forma, se desenvolve dentro das condições e possibilidades de trabalho de cada professor”. Vendo a partir desse ponto de vista, é importante que o professor, na escolha do repertório a ser utilizado na escola, valorize primeiramente o universo musical de seus alunos. Visto que, segundo Brito (2003), a criança tem facilidade de aceitar e gostar de músicas que até então eram desconhecidas. É importante que o educador aproveite esse

momento para ampliar o universo musical de seus alunos, isto é, inicia a inserção da música de acordo com a bagagem cultural da criança e, aos poucos, vai ampliando o repertório.

“A criança é um ser “brincante” e, brincando, faz música, pois assim se relaciona com o mundo que descobre a cada dia. Fazendo música, ela, metaforicamente, “transforma-se em sons”, num permanente exercício: receptiva e curiosa, a criança pesquisa materiais sonoros, “descobre instrumentos”, inventa e imita motivos melódicos e rítmicos e ouve com prazer a música de todos os povos”. (BRITO, 2003, p. 35).

Quando a criança inicia sua vida na comunidade escolar, já leva consigo um repertório sonoro e musical apreciado no seu dia a dia, por meio da natureza, em casa com os pais e com as mídias; e sabe muito bem utilizar-se desse conhecimento como recurso para se expressar e se comunicar. É importante que o professor não desconsidere essa cultura musical pré-escolar dos alunos, e sim busque aliá-la aos conhecimentos que tem intenção de desenvolver dentro da escola para que a criança continue, e até melhore sua forma de expressar-se.

“A professora pode legitimar ou não as manifestações populares dentro da escola, criando um espaço para sua realização ou impedindo que elas aconteçam. Questionar nossos preconceitos e nossos estereótipos pode ser uma forma de encarmos a situação com mais segurança, pois os meios de comunicação estão criando outra forma de sentir e perceber o mundo”. (MAFFIOLETTI, 2001, p.127).

Percebe-se, constantemente, que a música, na Educação Infantil, é abordada involuntariamente. Inicialmente, não possui um objetivo específico, não com cunho totalmente musical, todavia, sabe-se que aos poucos ela facilita a socialização e aprendizagem de alguns conteúdos (ensino das cores, números, histórias, entre outros).

Após alguns estudos e vivência de experiência na Educação, muitos professores relatam a grande importância do “ensinar” embasado na música, já que para a alfabetização da criança, a música tem grande responsabilidade, e, também, como já dito, para vários aprendizes escolares básicos.

Segundo algumas professoras da Educação Infantil, a música aparece na escola, principalmente, em datas festivas: Dia das Mães, Festa Junina, Festa de Natal, entre outras comemoradas. Além disso, quase sempre a música aparece como recurso didático para outras atividades do cotidiano das crianças: processo de ensino e aprendizagem de conceitos matemáticos, alfabetização, memorização de cores/números, entre outras situações relevantes.

Tourinho (1993, p.68) argumenta que “a música não só existe, mas torna-se necessária para o funcionamento da vida da escola”.

Tendo isso como base, nota-se que a música é uma grande aliada para o desenvolvimento geral da criança desde sua comunidade familiar e estendendo-se para a comunidade escolar.

Contribui, sim, para o ensino e aprendizagem de várias situações na escola, além do favorecimento da interação e relação interpessoal, desenvoltura e socialização.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada procurou destacar a grande importância da presença da música na Educação Infantil e como ela contribui para o crescimento e desenvolvimento da criança.

A música está presente na vida do ser humano desde o nascimento, todos os sons do ambiente são música para os bebês. A música também está presente na cultura dos povos, nas crenças, danças e também nas brincadeiras. Ela ajuda o bebê a desenvolver os movimentos, a linguagem, a sociabilidade, além de trazer calma. Isso deve ser utilizado nas escolas infantis, para auxiliar um desenvolvimento mais rápido e mais eficaz nas crianças.

Na educação infantil, as músicas, muitas vezes, são utilizadas para criar hábitos, como lavar as mãos, hora do lanche, entre outros, e isso favorece para a educação saudável da criança, além de estimular a sociabilidade. Também favorece o estímulo rítmico da criança, que desenvolve uma linguagem corporal para expressar a música que ouve.

Ficou evidente que a música deve ser utilizada para contribuir no desenvolvimento da criança, tanto intelectualmente quanto fisicamente. Os professores devem utilizar músicas com ritmos fáceis de acompanhar com palmas, gestos e expressões corporais, para que a criança possa desenvolver suas capacidades.

Devemos lembrar que as crianças da educação infantil estão em constante desenvolvimento e aprendizado, então temos que estimular de forma positiva e facilitar sua aprendizagem. Podemos através da música encurtar o caminho e facilitar o desenvolvimento das crianças, além de socializar mais facilmente, ajudando-a a respeitar os outros que com ela convivem.

Por fim, conclui-se que a música deve ser utilizada como um objeto facilitador da aprendizagem e desenvolvimento social da criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei Nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 18 de agosto de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil. São Paulo: Petrópolis, 2003.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de (2002). A Educação Musical e os Novos Tempos da Educação Brasileira. : Revista Nupeart. Florianópolis. v. 1. UDESC, p. 43-58.

GODOY, Vanilda; FIGUEIREDO, Sergio. Educação musical nas séries iniciais na perspectiva de professores generalistas. *Revista Eletrônica de Musicologia*, 2006, v. 10. ISSN 1415-952X. <http://www.rem.ufpr.br/REMr10/simpemus2-poster6.htm>.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. O Ensino da Música na Escola Fundamental: Um Estudo Exploratório.

MAFFIOLETTI, Leda de Albuquerque. Práticas Musicais na Escola Infantil. In. CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre, Artmed, 2001, p. 123-134.

NOGUEIRA, M. A. A música e o desenvolvimento da criança. *Revista da UFG*, v. 5, n.2, 2003.

ONGARO, Carina de Faveri e SILVA, Cristiane de Souza. A importância da música na aprendizagem.

SILVA, D. G. Da. *A importância da música no processo de aprendizagem da criança na educação infantil: uma análise da literatura*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SCAGNOLATO L. A. de S. *A Importância da Música no Desenvolvimento Infantil*. Webartigos, 2009

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ALGUNS DESAFIOS E AVANÇOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR

Marli Domiciano Pinto, Msc. Leonardo Nogueira Falcão

RESUMO

A Educação Especial é um grande desafio, mas possível. Cada ser é único, mas todos são capazes. Este artigo mostra a possibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais aprenderem; mas para tanto é preciso respeitar o ritmo de cada um – pois cada um tem um tempo – e incentivá-lo. Valorizar a diversidade é fundamental, pois a inclusão, escolar e social, exige muitas reflexões, mudança de mentalidade e respeito – ao outro, ao “diferente”. O processo inclusivo é frágil; existem fragilidades, às vezes até lacunas no processo de formação profissional; não há um compromisso da totalidade da sociedade, da comunidade escolar, dos diversos atores envolvidos, com o processo inclusivo. Conclui-se que: mesmo tendo certos avanços, adquirido certos valores, a escola estando mais receptiva preocupada com o ensino aprendizagem, os pais reivindicando mais, a sociedade tentando considerar novas concepções, a efetivação da educação inclusiva ainda é incipiente; a inclusão escolar carece de muitas reflexões; o não acreditar nas potencialidades do diferente, a não aceitação da diferença, o não reconhecimento do outro como diferente, a falta de investimentos pedagógicos e metodológicos, são obstáculos para o avanço mais rápido. E, urge considerar as contingências do processo educativo, dos diferentes sujeitos e não trabalhar de forma classificatória ou excludente, mas visando a integração.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva. Desafios. Avanços. Ensino. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O presente artigo – elaborado a partir da pesquisa bibliográfica – pretende contribuir para a discussão sobre alguns desafios e avanços no processo de ensino e aprendizagem da inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular, com o propósito de compreender o complexo percurso do processo de desenvolvimento das crianças com deficiência, da formação profissional dos que trabalham com as mesmas e da aceitação, do respeito, do reconhecimento, por parte da sociedade, da comunidade escolar, das famílias, dessas crianças outrora marginalizadas por uma sociedade classificatória e excludente. Visa ainda definir as opções na educação especial e inclusiva procurando as vertentes cabíveis no processo de inclusão, em que profissionais qualificados contribuem para um ensino mais eficaz e investimentos surtem efeitos positivos.

A educação especial tem sido tema de muitos debates e tem passado por constantes modificações e avanços significativos nas últimas décadas. A atenção específica aos alunos especiais tem exigido uma concepção mais ampla pautada na reforma da educação que inclua e integralize e torne acessível o ensino e a aprendizagem aos alunos com alguma deficiência, sendo a escola indispensável para a organização e estruturação do complexo processo de ensino aprendizagem auxiliando no desenvolvimento dessas crianças, reconhecendo-as, respeitando seus limites, seu ritmo e tempo de aprendizagem, motivando-as, enaltecendo suas capacidades, habilidades e potencialidades, e, tanto a família como os professores – ou seja, todos os atores envolvidos – são de fundamental importância no progresso das mesmas.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino aprendizagem é crucial para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A educação especial pode ser definida como

“uma modalidade da educação escolar que visa promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos nos domínios das aprendizagens curriculares correspondentes à idade, necessitando de recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos”. (BRASIL, 2008)

A Educação Especial contempla uma educação para pessoas com deficiência (visual, auditiva, física, mental), múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das altas habilidades.

De acordo com o artigo 58 da LDBN (BRASIL, 1996), conceitua-se Educação Especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais [...]” (apud MELLO, 2005, pág. 12).

Na resolução CNE/CEB nº 2/2001 no seu artigo 3º entende-se essa modalidade de educação escolar como,

“um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar, e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica”. (apud MELLO, 2005, p. 13).

Como atuar com o “diferente”? Como trabalhar com o aluno de forma que respeite o outro, as diferenças, as diversidades, que lide com o outro garantindo a dignidade do próximo?

Para Feltrin (2004, p.17), “cai-se na realidade: cada aluno é um aluno, é único; e como tal deve ser considerado e tratado”.

O campo da Educação Especial é vasto e faz-se necessário trabalhar, pensar, refletir e agir sobre questões éticas e de valores relacionadas a crianças e jovens que tenham alguma dificuldade, alguma deficiência ou alguns quadros que impliquem em necessidades educacionais especiais (NEE). Esse campo é cheio de desafios e contradições – algumas pessoas defendendo a questão da participação dessas crianças no Ensino Regular, outras pessoas tendo dificuldade de pensar a participação dessas crianças dentro da escola.

Prietto (2006, p. 40) diz que,

“A educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo paradigma que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada[...] pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de novas práticas pedagógicas”.

É preciso encontrar maneiras de trabalhar a questão da inclusão de forma adequada aos professores e aos alunos. Saber lidar com os outros colegas de classe de forma que respeitem o diferente; saber lidar também com as famílias; é um trabalho árduo que exige parcerias dentro e fora da escola, com profissionais da educação, da saúde ou outras instituições.

AÇÃO EDUCATIVA

A educação especial é um processo de luta e reivindicação para o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais dentro do âmbito da escola.

O processo educacional passou por revoluções. Outrora cada qual tinha um paradigma e uma população a quem servia. A primeira revolução é marcada por grupos diferenciados, individualizados e vigorou por longa data. A segunda revolução é marcada pela responsabilidade do Estado e pública: ainda restrita a certas camadas tendo o professor vários alunos. Têm-se certa homogeneização, legitimação da exclusão e a naturalização cultural: quem cabe ir à escola e como ensinar. Já a terceira revolução é a universalização do acesso à educação. Neri (2003, p. 111) afirma:

“A educação inclusiva não é apenas a simples colocação de alunos em sala de aula; significa a criação de uma escola onde pessoas com e sem deficiência possam conviver e estudar em ambientes onde os indivíduos aprendam a lidar com a diversidade e com a diferença”.

O movimento de revoluções surtiu efeito. A educação que outrora era destinada a camada social bastante restrita passa a atender diversas camadas sociais, as pessoas das mais diferentes origens. Rompe a questão da homogeneização e as salas passam a conter a diversidade.

Com essa diversidade o professor passa a trabalhar com os alunos que hoje estão dentro da sala de aula: crianças com deficiência mental que têm dificuldades para ler, escrever e contar; crianças surdas que usam a língua de sinais; crianças cegas que usam o braille; deficientes físicos; crianças que necessitam usar o computador; entre outros. Essa situação é complexa, pois a educação muitas vezes implica em novas e não conhecidas bases e desconhecidos recursos e tecnologias a que deve se dispor. Isso fica ainda mais complexo quando há toda uma discussão a nível institucional/legislação de que a educação tem que ser inclusiva e uma instância privilegiada para se evitar práticas intolerantes e que aumente o respeito e a solidariedade. Para tanto é importante a relação com o outro. Faz-se necessário colocar-se no lugar do outro, o que não é fácil e nem é para todos.

É preciso aprender a lidar, conviver e ensinar àqueles que a sociedade tradicionalmente considerou como devendo ser excluídos da escola. As crianças com deficiências sempre foram alijadas e hoje se faz necessário saber: integrar as pessoas que se sentem excluídas, ensinar os

outros alunos a respeitar os alunos com deficiências com toda sua diferença e diversidade, e atuar tentando não carregar as concepções sociais que implicam na dificuldade de conviver com o diferente. É preciso trabalhar com a ética, cidadania e respeito à diferença e a diversidade. Fundamentalmente é preciso trabalhar as relações interpessoais – o respeito ao outro. Para Sanches e Teodoro (2006, p.73)

“educação inclusiva não significa educação com representações e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas [...]”.

Para que ocorra um trabalho intencional com valores para o alunado, com ética e cidadania é preciso atribuir significados ao aluno, à escola, à educação, à diferença, à deficiência. Não se pode ter a criança dentro da escola alijada da aquisição de conhecimentos e das relações interpessoais.

INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Pensar o processo de inclusão dentro de uma lógica da complexidade é entender que existem várias perspectivas, vários atores, instituições, elementos históricos, elementos culturais, que se entrelaçam. Por exemplo, as perspectivas dos familiares, dos professores, da coordenação/direção da escola, dos alunos, nem sempre estão em sintonia entre si.

[...] efetivar a inclusão é preciso [...] transformar a escola começando por descobrir práticas segregacionistas. [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais. (FIGUEREDO, 2002, p. 68).

Algumas escolas ainda têm recusado receber as crianças com necessidades educacionais especiais alegando não estarem preparadas para receberem esses alunos. A maioria das escolas recebe, mas também não estão preparadas.

Em algumas escolas as crianças vão para as salas regulares, mas ficam na classe sem suporte dos professores, assim mudam de uma escola para outra até desistirem de estudar. Em outras escolas existe uma inclusão social em que a criança está bastante adaptada, tem vários amigos, participa das atividades curriculares e extracurriculares, fica vários anos na escola, mas se forma sem ser alfabetizada por exemplo. Assim, pode-se dizer que falta o olhar para suas habilidades, suas capacidades. O que precisa ser feito urgentemente é mudar o contexto em que estão inseridas seja através de algum tipo de adaptação ou da forma de ensinar. E, para isso, é interessante ouvir os diferentes envolvidos.

Sawaia (2004) propõe a necessidade da lógica dialética exclusão-inclusão:

“A dialética inclusão-exclusão gesta subjetividades que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela

determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência". (SAWAIA, 2004, p.09).

Quando se vê um deficiente acaba-se vendo como completamente deficiente e não somente a deficiência. Assim, as crianças muitas vezes estão dentro da sala de aula, mas excluídas, porque acaba-se vendo o aluno como alguém sem capacidade de aprendizagem. E pensando o processo de ensino e aprendizagem não se deve focar o olhar na criança, o problema como vindo desse sujeito que tem alguma diferença, mas passar a olhá-lo com suas especificidades na relação com o professor, onde se tem reciprocidade, mutualidade e bidirecionalidade em que um ajuda a constituir o papel do outro num contexto escolar com características específicas, num contexto histórico que traz questões de educação de formas variadas e contraditórias. O professor deve trabalhar sua relação com as crianças deficientes assim como trabalha com as demais e não de forma diferenciada.

ALGUNS DOS VALORES ADQUIRIDOS

A educação especial é um processo de reivindicação de educação para todos. Temos em 1857 e 1854 a criação do Instituto Benjamin Constant para os cegos e o Instituto Nacional de Surdos e Mudos na então capital do Brasil, Rio de Janeiro.

Esse processo vai se modificando e em 1950 órgãos não governamentais criam instituições especializadas possibilitando a participação de pessoas com necessidades especiais no campo da educação.

Em 1961 surgem as leis que buscam garantir os direitos dos excepcionais. Mas até então estas disposições não são assumidas pelo Estado que passa a assumir essa responsabilidade em 1973 quando cria o Centro Educacional de Educação Especial.

Em 1999 são discutidos a criação dos direitos, o direito de todos à educação através de movimentos nacionais e internacionais, com a formulação de legislação, portaria, resolução. E até hoje se busca universalizar para se receber e trabalhar a educação.

Quando se fala da legislação como instrumento de inclusão tem: em 1944 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) que apresenta os principais direitos da humanidade, dentre eles o direito à educação. Em 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU) (Conferência de Jomtien, Tailândia) que reafirma a educação a todos e em 1994 a Declaração de Salamanca –Princípios Políticos e Práticos em Educação Especial que apresenta o direito à educação para os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. E, no Brasil, mais recentemente, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) CEB Nº 2/2001 instituem diretrizes para a educação especial.

Uma das pautas da discussão da pós-modernidade é o pensar e o repensar constantes sobre o papel do ambiente sócio-econômico-cultural em relação ao diferente (WANDERLEY, 2001).

A COMPLEXIDADE DOS PROCESSOS

É preciso pensar no desenvolvimento da criança dentro de um sistema de relações. Essa perspectiva tem crescido no campo da psicologia e da educação. O desenvolvimento da criança para acontecer depende de um conjunto grande de fatores que envolvem um sistema de relações, vendo como acontecem e como dentro das mesmas a criança se transforma. O desenvolvimento é tanto biológico como cultural e precisa se pensar o desenvolvimento no seio da família bem como também nas relações que vão para a vizinhança, a escola e que engloba a relação dos professores, das outras crianças, dos funcionários e de todas as demais pessoas com esse aluno fazendo com que isso tenha uma dinamicidade no processo de desenvolvimento. Pois a aprendizagem é um processo construído no decorrer da vida. Charlot (2000, p. 53) diz “aprender é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido”.

Portanto, no momento atual ao invés de se olhar processos lineares um de superação em relação ao outro se deve pensar que esses processos são complexos e é preciso sair do paradigma que olha a criança individualmente e olhar diferentes contextos, pois para entender o desenvolvimento de uma criança faz-se necessário entendê-la num conjunto muito mais amplo que vai além dela própria e que inclui todos. Deve-se pensar o desenvolvimento para além da criança sozinha, para além do biológico, interligando com o psicológico, com o social e com o cultural.

A prática do desenvolvimento nesse entrelaçamento de pessoas significa ações e contexto que estarão ao mesmo tempo delimitando e ampliando possibilidades. As concepções que cada um tem em relação à educação vai possibilitar, encaminhar formas de práticas sociais com as crianças que concomitantemente delimitam zonas de atuação na interação e impulsionam em determinadas direções e aquisições. No entanto, não se pode predizer o futuro das crianças porque há vários potenciais percursos; alguns serão percorridos, outros não e, outros ainda nunca serão colocados como possibilidades. Assim, algumas habilidades e capacidades não serão adquiridas, outras serão adquiridas e algumas aquisições de outrora serão perdidas.

Buscaglia (2005, p. 188) afirma que:

“Os deficientes são simples pessoas; tornam-se incapazes na proporção em que internalizam suas limitações como debilitadoras e indesejáveis. Suas atitudes serão determinadas em grande parte pelos rótulos que lhe são impostos, pela reação da sociedade a esses rótulos e pelo tratamento especial que recebem. Além do que ambientes segregados e destrutivos e comportamentos isoladores, que tendem a afastá-los do mundo, servirão para convencê-los ainda mais de suas incapacidades”.

Ao olhar para uma criança com necessidades especiais (ou para qualquer outra criança) será que, a sociedade, a escola, o atual momento, está abrindo ou fechando as portas? Está possibilitando ou delimitando seu potencial?

É preciso saber que o desenvolvimento e a aprendizagem das pessoas não se dão de maneira igual e nem ao mesmo tempo. Não há uma regularidade e nem uma linearidade dos processos

de aprendizagem. Para Howard (1984, p. 65): “Cada ser humano possui certo tempo [...] que lhe é natural [...] cada tempo é algo diferente a cada ser humano”. Aceitar a diferença do outro é difícil, pior ainda aceitar a diferença da aprendizagem, ou seja, acreditar que alunos com deficiências tem capacidade sim de aprender, porém, de forma diferente, o que causa uma relação professor-aluno dificultada inclusive impedindo o aprendizado desses alunos uma vez que há uma ruptura com os princípios básicos da educação, pois se espera uma regularidade e uma linearidade no desenvolvimento e na aprendizagem e não se vê a criança à frente, mas a imagem negativa de alguém em quem não adianta investir.

Com o uso de recursos tecnológicos e profissionais em alguns casos de deficiências como as sensoriais essa sensação de dificuldade do professor com o aluno (do ensino e aprendizagem) é minimizada em algumas situações. Por exemplo, tem-se o braile para crianças cegas; amplificadores para crianças com baixa visão; libras para os surdos; amplificadores de som (aparelhos auditivos) para alunos com pouca audição. E outros instrumentos como cadeiras, computadores, equipamentos para crianças com deficiências físicas, etc.

Para Kenski (2007, p. 22) “estamos muito acostumados a nos referir à tecnologia como equipamentos e aparelhos. Na verdade, a expressão tecnologia diz respeito a muitas outras coisas além da máquina”.

“Perante essas questões vale a pena ressaltar a importância de um trabalho pedagógico em que o professor tenha uma participação operante. Neste trabalho é importante que o professor reflita sobre sua ação escolar e efetivamente elabore e operacionalize projetos educacionais com a inserção das novas tecnologias da informação e da comunicação [...]”. (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2006, p. 22).

É preciso que haja investimentos e a escola precisa realizar um trabalho bem estruturado promovendo assim o desenvolvimento da criança, minimizando as dificuldades e contribuindo de fato para um desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Por antecipação não dá para saber o produto final dos investimentos, pois é preciso conhecer as crianças, saber os diagnósticos, saber como as questões estão colocadas para cada criança especificamente para traçar um planejamento de ensino. Mas é importante que se saiba que há muitas dificuldades, porém há questões centrais relacionadas à qualidade, a duração e ao modo de trabalho com os alunos em questão.

Segundo Brito e Purificação (2006, p. 22), existe uma grande expectativa “de que as novas tecnologias nos trarão soluções rápidas para a melhoria da qualidade na educação. Porém, se esta dependesse somente de tecnologias, já teríamos encontrado as soluções há muito tempo”.

CONCEPÇÕES DOCENTES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A inclusão tem trazido vários desafios nesse contexto de mudança e transformação das funções da escola, dos novos modelos de ensino e de práticas que a escola deve desenvolver mais especificamente o professor. Devido as mudanças na legislação, devido as transformações da sociedade, da cultura (relações sociais e culturais), do mercado de trabalho que tem exigido profissionais com novas funções, com concepções diferentes e qualificações que implicam em

transformação no papel, na atuação do professor, esse é um processo complexo, pois envolve vários atores e faz com que o professor pense muito mais na aprendizagem do aluno do que no ensino. Deve-se atentar para a integração curricular, em que haja um trabalho em equipe e o coordenador desenvolve um papel de articulador atendendo assim a diversidade.

A escola hoje tem sobre si várias funções e acaba por ter de lidar e articular as diferenças sociais, econômicas, culturais e individuais e para garantir tais realizações o trabalho em equipe é fundamental. Laszlo (1999, p. 36) afirma: “a vida é uma íntima rede de relações que traz consigo uma miríade de diversos elementos interagindo uns com os outros”.

A complexidade de inclusão de crianças com NEE é um processo amplo que envolve a participação dos professores, dos pais, dos profissionais de saúde, das demais crianças da turma e da escola e a sociedade.

O ESPAÇO INTERDISCIPLINAR

Pensando nas famílias das crianças com NEE percebemos uma busca, uma preocupação dessas famílias com a aceitação e o acolhimento dos seus filhos na escola nesse novo contexto, principalmente no que tange a criação de vínculos afetivos, que estabeleçam relações sociais, que conheçam outras crianças, que de fato vivenciem e façam parte e usufruam do contexto escolar. Também há certo receio quanto ao acolhimento, há a dúvida se de fato colocá-lo na escola é a melhor decisão, perguntam a si mesmos se o filho está preparado para a escola, se a escola está preparada para o filho. Como relata Aranha (2004) “(...) muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar”. Essas questões permeiam as reflexões das famílias. Mas além das questões sociais hoje há uma grande busca para que de fato as crianças com NEE adquiram autonomia, independência e aprendam, que dominem o conhecimento, esse patrimônio cultural que a escola propicia às demais crianças, e, este tem sido um grande desafio, porém possível de se avançar uma vez que todos se engajem na luta/na busca por melhorias e as famílias das crianças com NEE já estão cobrando e exigindo mais da escola que tem se mostrado mais empenhada em atender tais crianças. “A família e a escola educam a criança compartilhando o interesse comum de fazer-lhe bem e de ajudá-la ao máximo” (COLL; MARCHESI; PALÁCIOS, 2004, p. 343).

Já alguns dos pais das demais crianças também têm certo receio achando que crianças com NEE podem ser agressivas, pensam que seus filhos podem querer imitá-los, que seus filhos possam “perder” em aprendizagem porque os professores haverão de dar atenção às crianças com NEE, mas em contrapartida há famílias que veem a inclusão como um valor, como princípio ético e solidário, pois possibilita seus filhos a conviver com a diversidade – com as diferenças culturais, sociais e econômicas. Segundo Savater (2000, p. 74) “a nossa possibilidade de sermos humanos só se realiza efetivamente por meio dos outros”.

Pensando no professor, esse deve preparar-se para atender as crianças com NEE. Nóvoa (2002, p. 23) diz que “o desafio dos profissionais da área escolar é manterem-se atualizados sobre as novas metodologias de ensino e desenvolverem práticas pedagógicas eficientes”.

E na recente Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), observa-se uma lacuna importante no que diz respeito à formação de professores.

“Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidades das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de Educação Especial (p. 17-18).

Embora a LDB tenha demarcado o processo de inclusão que trouxe para a realidade escolar o desafio de incluir as crianças com NEE ainda há vários atores dentro da escola ainda sem o mínimo de formação adequada para recebê-las e de fato integrá-las porque além de “cuidar” delas os professores precisam estar preocupados com a aprendizagem das mesmas. Para tanto os professores precisam desacostumar-se com a homogeneidade que outrora facilitava seu trabalho e acostumarem-se à heterogeneidade, pois até mesmo nas salas em que parecem ser homogêneas precisam lembrar que há diferenças, pois, cada criança é única.

Lidar com a diversidade, às vezes, é difícil e a disciplina e a regra são funções/controles para o professor desenvolver e ter o domínio na sala de aula. A organização sempre foi uma pauta importante, um recurso até para o professor, que às vezes precisa negociar e/ou conversar com as crianças. Mas é preciso de fato observar, conhecer, ouvir a criança para saber quais são as suas características, suas habilidades, seus interesses, quais são suas possibilidades nesse contexto, nesse grupo, com os envolvidos. Muitas vezes tem-se a imagem estereotipada dessa criança o que prejudica no processo de ensino aprendizagem. E, conhecendo-as aí sim se reflete sobre quais serão as estratégias, a postura, as atuações, as iniciativas que de fato deverão ser desenvolvidas para que ocorra um processo de inclusão satisfatório para todos.

É preciso importar-se com os outros, o não se importar com os outros, causa distanciamento como diz Maturana:

“Como vai lhe importar o que acontece com o outro, se o outro não tem existência para ele, porque não o leva em conta? Não lhe importa o que acontece ao outro. E que terrível que não tenha informação para que lhe importe [...] não há preocupação pelo outro se o outro não pertencer ao domínio de aceitação no qual se está, o domínio social no qual se está”. (2001, p. 48-49).

Consequentemente é possível diagnosticar a necessidade escolar, educativa, os recursos escolares disponíveis para desenvolver um trabalho no qual a escola como um todo tem o papel fundamental principalmente na função da direção e da coordenação porque o processo de inclusão não deve se restringir ao professor, mas a escola como um todo deve participar desse processo, desse projeto de inclusão, estabelecendo uma equipe de reflexão, buscando investimentos, na formação dos professores, a fim de criar espaços permanentes de reflexão, de

planejamento e avaliação que constituem o percurso da inclusão.

Gomes (1999) observa que “a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram”. Para Fávero (2004, p. 53) a escola “é o espaço privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano”.

A Constituição Federal de 1988 traz como princípio “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” “direito de todos” (BRASIL [Constituição Federal, 1988], 2012). Porém, notamos que na prática isso não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens.

As necessidades educacionais especiais trazem implicações no modo de aprender no que se refere às dificuldades e facilidades de aprender desses alunos.

Quanto às dificuldades escolares, aspectos relativos à subjetividade na relação professor-aluno devem ser considerados e, deve-se

[...] pensar o fracasso escolar não como uma questão de a criança ter, ou não, um certo domínio cognitivo, mas em função do que pensamos sobre ela ou sobre suas dificuldades. Ou seja, a posição em que o professor coloca a criança ou como ela mesma se coloca frente ao saber escolar, faz uma diferença significativa. O que pensamos sobre nossas dificuldades ou relações com as coisas? (MANTOVANINI, 2001, p. 10).

O professor deve “ver” onde o aluno pode chegar e preparar aulas que o inclua, respeitando suas dificuldades e investindo em seus potenciais.

Alunos e professores muitas vezes são responsabilizados e culpabilizados pelo insucesso, personificam-se as dificuldades e transmitem esse sentimento para as pessoas.

Charlot (2000, p. 17) diz “[...] não se deve esquecer, no entanto, que a existência escolar do aluno em situação de fracasso traz a marca da diferença e da falta: ele constrói uma imagem desvalorizada de si [...]”.

Alunos culpabilizados e subestimados em suas capacidades acabam excluídos e professores culpabilizados e subestimados em suas capacidades de ensinar se sentem desvalorizados e desestimulados.

A equipe escolar tem o papel de garantir uma escola organizada e inclusiva, realizar encaminhamentos e solicitar serviços. Além de realizar a busca e acesso a suporte, identificar recursos existentes na comunidade e estabelecer parcerias, convênios ou outras formas de ação conjunta.

“Para que toda criança (...) possa usufruir do direito de acesso ao conhecimento (...) deve-se assegurar a ela o atendimento de todas as suas necessidades, de alimentação, de prevenção de doenças e de promoção da saúde integral, de transporte, de lazer, de

esportes, etc.(...) é importante que a escola adote procedimentos de atenção a essas necessidades e de encaminhamento para outros setores, cujas competências lhes possam servir. (ARANHA, 2004).

Cabe a escola acionar a equipe interdisciplinar que muitas vezes está disponível na própria comunidade e o trabalho em equipe enriquece e amplia as possibilidades de interação de forma que todos se sentem mais capazes quando descobrem novas possibilidades de intervir. A própria criança ao sentir-se compreendida em sua dificuldade, sente-se capaz, e ainda ganha motivação para descobrir e desenvolver seus potenciais. Porém é preciso atenção, pois múltiplos profissionais realizando múltiplos atendimentos sob múltiplas perspectivas garantem um atendimento multidisciplinar em que a criança pode ser vista de modo fragmentado com possibilidades de repetições nos atendimentos e lacunas nas ações.

“Há necessidade de olhar para a escola procurando entendê-la como um lugar atravessado por verdades proclamadas pela ciência, pela cultura, pela economia. A escola serve não só para a formação e orientação de um coletivo, mas, também, produz, cria outros perfis sociais”. (VARELA, 1995, p.24).

A equipe interdisciplinar possibilita a ampliação das perspectivas e possibilidades tanto na maneira de compreender o aluno com NEE como também na maneira de compreender o papel do professor.

Os alunos devem ser atendidos nas necessidades educacionais e além delas. Deve-se dar ênfase às potencialidades dos alunos, estimular e encorajar os pais a não desistirem dos seus filhos garantindo assim aos alunos o direito a educação: “visando o pleno desenvolvimento da pessoa”. (Constituição Federal de 1988, art.205).

CONCLUSÃO

A história da educação constituiu-se, a princípio, de forma classificatória e excludente. Mas, a política educacional atual impele a outras práticas escolares. Porém, a sociedade moderna continua sendo excludente e com propósitos classificatórios. Fato é que existem desafios maiores, o diferente perturba, a heterogeneidade embaraça, de certa forma expõe a fragilidade e requer envolvimento e mudanças fundamentais – curricular, metodológica e conceitual.

Os preconceitos em relação aos considerados diferentes – portadores de deficiências – e aqueles que possuem tempos e ritmos diferentes de aprendizagem ainda são muitos.

O ser humano passa por um processo evolutivo, tanto biológico quanto cultural, e fazem-se necessárias mudanças de mentalidade e certas concepções para que haja superação, pois diversidade e igualdade formam um complexo paradoxo.

A educação inclusiva carece do comprometimento coletivo. As mudanças necessárias vão além da percepção e aceitação do diferente.

Trabalhar com educação inclusiva é um desafio enorme. É necessário mudança de concepções, de postura, de atitudes de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem; buscar novas estratégias de ensino, novas tecnologias que requer flexibilidade e investimentos; organização para atender as necessidades de cada aluno respeitando suas especificidades – trabalhar com um sistema de ensino de qualidade que respeite a diversidade.

A inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino regular é um processo ainda em construção – que envolve a dialética exclusão e inclusão – que exige o efetivo envolvimento dos diferentes atores (professores, comunidade escolar, familiares, crianças com deficiência, etc.).

A aprendizagem é um processo na vida do ser humano e tanto a família como a escola possuem importante participação no mesmo, no desenvolvimento das capacidades, habilidades e potencialidades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35.ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 9.394/96. Brasília: 1996.
- BRITO, Gláucia da Silva. PURIFICAÇÃO, Ivonéliada. Educação e tecnologias. Curitiba: IBPEX, 2006.
- BUSCAGLIA, Leo F. Os deficientes e seus pais. Tradução de Raquel Mendes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jésus. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, pág.39-40.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais – Acesso e Qualidade. Brasília: CORDE, 1994.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- FELTRIN, A. E. Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.
- FERREIRA, L. M. S. Retratos da avaliação: conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Cultural: refletindo sobre as diferentes presenças

na escola, 1999. Acessível em [http:// www.mulheresnegras.org](http://www.mulheresnegras.org)

HOWARD, W. A música e a criança. São Paulo: Summus, 1984.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LASZLO, R. Conexão cósmica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MANTOVANINI, Maria. Professores e alunos problema: um círculo vicioso. São Paulo: Casa do psicólogo, 2001.

MATURANA, H. Emoções e linguagens na educação e na política. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MELLO, Nalú Cordeiro de. Educação Especial: que educação é essa? In: LEDEBEFF, Tatiana Bolívar; PEREIRA, Isabella Lima e Silva (org.). Educação especial: olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF, 2005.

NERI, Marcelo *et. Alii*. Retratos da deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IBRE; CPS, 2003, 250 p.

_____. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

NÓVOA, Antonio. Os novos pensadores da educação: Nova Escola, São Paulo, n. 154, ago.2002.

PRIETTO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In ARANTES, V. A. (org.) Inclusão: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

SANCHES, I. ; TEODORO, A. Inclusão Escolar: Conceitos, Perspectivas e Contributos. Revista Lusófona de Educação, v. 8, p. 63-83, 2006.

SAWAIA, B. As Artimanhas da Exclusão. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento de Ação. Salamanca: ONU, 1994.

VARELA, J. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, M. V. (org.) Escola Básica na Viradado Século: cultura, política e currículo. Porto Alegre: FASED/UFRGS Editora 1995.

WANDERLEY, F. Normalidade e patologia em educação especial. Disponível em: <www.pol.org.br>

A INFLUÊNCIA DOS CONTOS DE FADAS NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL DE CRIANÇAS ENTRE 03 A 05 ANOS DE IDADE

Natália Tomaz Santos, Msc. Leonardo Nogueira Falcão

RESUMO

Este trabalho tem como tema a contribuição dos contos de fadas no desenvolvimento da linguagem infantil. Acredita-se que a vivência dos contos de fadas possibilitará à criança o experimento de vários papéis sociais, proporcionando também a construção de uma personalidade saudável. Oferece uma abordagem qualitativa, que contribui para uma maior reflexão, análise e influência mútua das teorias e hipóteses levantadas. Aborda o desenvolvimento infantil e o desenvolvimento da linguagem de formas mais especificadas. O presente estudo buscou, através de ensaio bibliográfico, evidências que indicassem que os contos de fadas podem ter uma influência significativa no desenvolvimento da linguagem infantil. O educador deve utilizar os contos de fadas como ferramenta de trabalho na sala de aula, pois o contato com os contos estimula a criança a desenvolver o imaginário e a criatividade, possibilitando a ela uma interação constante com o mundo real e o da fantasia e assim despertando a sua curiosidade. Assegurando que os contos de fadas despertam na criança o prazer da leitura ao mesmo tempo em que a ensinam a superar os seus problemas.

PALAVRAS-CHAVES: Contos de fadas, desenvolvimento infantil e desenvolvimento da linguagem.

INTRODUÇÃO

O crescimento do número de pessoas com acesso à tecnologia é surpreendente, e a porcentagem de crianças nesse meio tecnológico é um fenômeno mundial. Devido a essa facilidade de acesso às redes sociais, vídeo games, internet entre outros, a criança vem se afastando em uma velocidade significativa das literaturas infantis e consequentemente de alguns valores importantes como respeito, família, amizade e união.

O contato da criança com a leitura deve ser constante para assim despertar o gosto pelo ato. Desde a antiguidade a literatura surgiu como forma de expressão da linguagem ou mesmo para representações de fatos que nem sempre são reais. Contudo, os contos de fadas proporcionam uma influência significativa na possibilidade de a criança falar, escutar, escrever e ler diferentes contextos.

Acredita-se que, através dos contos de fadas, a criança apropria-se de valores significativos que podem melhorar sua qualidade de vida, escolar, familiar, social e até mesmo sua autoestima conscientizando-a de que é capaz de vencer suas dificuldades e limitações.

Os contos de fadas permitem que a criança se transporte para um mundo mágico, fazendo com que ela solte sua imaginação e consiga fazer comparações com algo que já viveu ou vive no seu dia a dia, contrastando a sua realidade com a do personagem que mais lhe chamou a atenção.

Dessa forma, esse trabalho se justifica, à medida que possibilitará uma maior conscientização dos professores acerca da importância dos contos de fadas para o desenvolvimento infantil.

Incentivará também a utilização dessa ferramenta de modo mais constante e eficaz e, através dela, o resgate de valores importantes que têm sido deixados de lado com os avanços das redes sociais e instrumentos tecnológicos.

OS CONTOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A presença da tecnologia, ausência dos pais e até mesmo hábitos e rotinas da criança têm influenciado e diversificado a forma com que as crianças estão desenvolvendo o conhecimento.

“A ideia de Piaget, enquanto teórico, é a de possibilitar à criança a construção de um modelo próprio do mundo ao longo do seu processo de desenvolvimento. Esse autor enfatiza a importância da ação na construção do real pela própria criança, referindo-se às diversas categorias que possibilitam os seus esquemas permanentes”. (MACEDO, 1996 p 15).

Piaget (1986) afirma que conhecer significa inserir o objeto em um determinado espaço de relações, o desenvolvimento infantil é um processo dinâmico, sendo assim, as crianças não são passivas e são receptoras das informações que estão à sua volta. Através do contato com adultos a criança vai desenvolvendo a capacidade de raciocínio, sensibilidade, afetividade entre outros sentimentos. Segundo Flavell (1995):

“Piaget acredita que as ideias das crianças sobre o mundo são construções que envolvem estruturas mentais e experiências, na visão piagetiana, estruturas mentais são propriedades organizacionais da inteligência, criadas através do funcionamento do organismo e inferíveis a partir de conteúdos comportamentais determinados pela natureza.”

Com a afirmação desses teóricos pode-se assegurar que a escola participa nas funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam no desenvolvimento da criança.

A criança expressa seu imaginário primeiro pelo jogo, pelo gesto, pelo corpo. E só depois que ela vai utilizar do desenho, da pintura, e por fim, da narração (POSTIC, 1993).

O jogo do faz de conta começa mais ou menos a partir do segundo ano de vida, onde os brinquedos são utilizados para seus propósitos reais: a criança utiliza de objetos como uma colher para “comer”, ou um pente de brinquedo para pentear o cabelo (BEE, 2003).

Os contos de fadas são compostos por narrativa casual, histórias simples e rápidas, facilitando a compreensão e uma possível influência na formação do caráter da criança.

“Literatura infantil e, principalmente, os contos de fadas podem ser decisivos para a formação da criança em relação a si mesma e ao mundo em torno de si” Bettelheim (1980, p.13).

O mesmo autor Bettelheim (1980, p.13) afirma que os contos de fadas têm a capacidade de falar simultaneamente a todos os níveis da personalidade humana, pelo uso de uma linguagem muito simbólica sem recorrer tanto ao pensamento lógico.

Os contos de fadas influenciam de forma direta e indireta no desenvolvimento da criança, não sendo então uma forma banal e vazia de aprendizagem. Para Bee (2003), é do faz de conta que depende grande parte do desenvolvimento cognitivo do indivíduo.

Segundo Postic (1993), a criança se identifica com o herói da história e capta significados a partir de seus interesses e necessidades momentâneas. Radino (2003) fala que:

“os contos mostram à criança muitas questões humanas que ela vivencia, mas não consegue verbalizar. Eles dão forma a desejos da própria criança, aguçando a imaginação e favorecendo para o seu processo de simbolização que, segundo a autora, é de grande importância para a sua inserção no mundo civilizado e cultural”.

“[...] A criança troca de identidade de acordo com os problemas que tem que enfrentar” (POSTIC, 1993, p.20). “Os contos de fadas sugerem, de forma simbólica, como convém resolver os conflitos internos” (POSTIC, 1993).

Held (1980; *apud.* RADINO, 2003), fala que pelos contos, a criança aprende: “[...] a dominar seus medos reais e, dessa forma, suas relações cotidianas melhoram. O medo de um pai ou de uma mãe pode tornar-se um objeto mental dominado pela criança” (p. 196).

OS CONTOS COMO CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO INFANTIL

A criança necessita de um apoio para promover sua aprendizagem, e nos contos de fadas, não há nada melhor para que essa questão seja desenvolvida. Técnica usada há muito tempo atrás.

Segundo (ABRAMOVICH, 1995 p.17):

“contar histórias é a mais antiga das artes. Nos velhos tempos, o povo assentava ao redor do fogo para esquentar, alegrar, conversar, contar casos. Pessoas que vinham de longe de suas Pátrias contavam e repetiam histórias para guardar suas tradições e sua língua”.

Através dos contos a criança poderá se comunicar e estimular seus pensamentos, transformando o mundo real em função de seus desejos e fantasias. A fantasia promove a compreensão das crianças, pois se aproxima mais da maneira como veem o mundo, já que ainda são impossibilitadas de compreender respostas realistas.

Coelho (2003), afirma que:

“através dos contos de fadas é possível despertar nas crianças o prazer em ouvi-las, e isso é importante para a formação de qualquer criança, pois estimula a criatividade, a imaginação, a brincadeira, a leitura, a escrita, a música, o querer ouvir novamente, desenvolvendo dessa forma a oralidade nas crianças dessa faixa etária, considero ser este um importante e significativo veículo de comunicação entre elas”.

Com isso a criança está vivendo uma fase repleta de possibilidades, aceitando a interação constante com o mundo real e o mundo da fantasia. Método que despertará a curiosidade da

mesma. “Para que uma estória realmente prenda a atenção da criança, deve-se entretê-la e despertar sua curiosidade. Mas para enriquecer sua vida deve estimular-lhe a imaginação: ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claras suas emoções” (BETTELHEIM, 2002, p.5). Na maioria dos contos de fadas há um destaque nas qualidades morais dos personagens. Os bons são valentes, generosos, passivos, formosos e majestosos. Os maus são destrutivos, feios, terríveis e a justiça realiza-se de maneira aceitável. Bruxas e dragões, ogros e gigantes são mortos ou colocados sem saída, o príncipe casa-se com a princesa e vivem juntos e felizes para sempre. Bettelheim, (1980, p.19), diz:

“Só partindo para o mundo é que o herói dos contos de fada (a criança) pode se encontrar; e fazendo-o, encontrará também o outro com quem será capaz de viver feliz para sempre; isto é, sem nunca mais ter de experimentar a ansiedade de separação. O conto de fadas é orientado para o futuro e guia a criança – em termos que ela pode entender tanto na sua mente inconsciente quanto consciente – ao abandonar seus desejos de dependência infantil e conseguir uma existência mais satisfatoriamente independente”.

O magnífico dos contos de fadas é que faz com que, aos poucos, a magia, o fantástico, o imaginário deixem de ser vistos como pura fantasia para fazer parte da vida cotidiana de cada um, inclusive dos adultos que, em diversos momentos, já aceitam se transportar para este mundo mágico, onde a vida se torna mais leve e bem menos operativa.

Ler clássicos desperta nas crianças o gosto pela viagem, pela imersão no desconhecido e pela exploração da diversidade. A satisfação de se deixar transportar para outro tempo e outro espaço, de viver uma vida com experiências diferentes do cotidiano. Os personagens estão em outro contexto e são fictícios, o que permite um distanciamento da realidade e acabam ajudando as crianças a entenderem melhor o sentido de suas próprias experiências. (NOVA ESCOLA, 2008, p. 48).

É incrível o quanto a imaginação é livre. A criança ao ouvir uma história, pode viajar pelo mundo todo, por lugares nunca vistos, imaginando seres e situações nunca vividas antes.

“Enquanto diverte a criança, o conto de fadas a esclarece sobre si mesma, e favorece o desenvolvimento de sua personalidade. Oferece significado em tantos níveis diferentes, e enriquece a existência da criança de tantos modos que nenhum livro pode fazer 34 justiça à multidão e diversidade de contribuições que esses contos dão à vida da criança” (BETTELHEIM, 2004, p. 20).

Diante das afirmações feitas por Bettelheim, pode se afirmar que o conto de fadas tem uma significativa contribuição nas várias etapas da vida das crianças, pois eles não são somente instrumentos de diversão, mas também contribuem para o desenvolvimento de suas habilidades em todos os momentos que forem empregados.

OS CONTOS COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998):

“a aprendizagem da linguagem oral e escrita possibilita a ampliação da formação do sujeito a fim de que tenha uma consciência crítica e transformadora, assim como possibilita a interação social com outras pessoas, a orientação de suas ações e a construção de muitos conhecimentos. Isto se dá a partir da promoção de experiências significativas ampliando, assim, as capacidades de comunicação e expressão e o acesso ao mundo letrado pelas crianças”.

“A construção da linguagem passa por etapas, onde gradualmente o indivíduo vai se relacionando com o meio” (MACEDO, 1996 – p.77). São elas:

- **Repetição:** a criança repete pelo prazer de falar, não havendo sentido no que diz.
- **Monólogo simples:** dispensa o interlocutor, ainda apreciando a presença de um adulto.
- **Monólogo coletivo:** várias crianças falam ao mesmo tempo, mas não há interação entre elas.
- **Informação adaptativa:** linguagem menos egocêntrica, a criança é capaz de comunicar o pensamento intelectual.
- **Crítica:** mais afetiva, há a necessidade de se colocar em posição superior a outra criança.
- **As perguntas e as respostas:** momento dos porquês.

Marcuschi (2001) afirma que:

“a fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia a dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de uma inserção cultural e de socialização”. (p.18).

Quadros (1997), ao relatar as teorias sobre aquisição da linguagem, traz a abordagem comportamentista de Skinner, a abordagem linguística de Chomsky e a abordagem integracionista compartilhada entre as vertentes do cognitivismo de Piaget e a sócio-histórica de Vygotsky.

“O fato mais importante revelado pelo estudo genético do pensamento e da fala é que a relação entre ambos passa por várias mudanças. O progresso da fala não é paralelo ao progresso do pensamento. As curvas de crescimento de ambos cruzam-se muitas vezes; podem atingir o mesmo ponto e correr lado a lado. E até mesmo fundir-se por algum tempo, mas acabam se separando novamente”. (FONTES, 2003, p. 41)

Baseado em Piaget e Vygotsky, Zorzi (2002) acredita na importância social da linguagem, visto que as crianças estão expostas a ela de forma a compreenderem e interagirem com o mundo. Mostra também que há um paralelo entre as condutas representativas e a evolução da linguagem, o que demonstra que esta decorre do avanço na brincadeira simbólica - da capacidade de representar, de evocar fatos e objetos ausentes.

A escola tem como papel principal na vida de uma criança a construção e divulgação do

conhecimento e da socialização. Na sala de aula as crianças se apropriam do conhecimento, de momentos lúdicos e vivenciam experiências trocadas entre colegas e educadores. Um espaço que a criança pode adquirir emoções, conhecimentos e culturas representadas por sons, gestos, movimentos e fala. Cajal (2001) descreve que:

“Na sala de aula, alunos e professores constroem uma dinâmica própria, marcada pelo conjunto das ações do professor, pelas reações dos alunos às ações do professor, pelo conjunto das ações dos alunos, das reações do professor às ações e reações dos alunos, pelo conjunto das ações e reações dos alunos entre si, cada um interpretando e reinterpretando os atos próprios e os dos outros”. (p.128).

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998), o trabalho com a linguagem oral nas instituições deste segmento, vem se restringindo às rodas de conversa. Entretanto, vale dizer também que é possível desenvolver a linguagem oral de várias formas, como por exemplo, através de gestos, sinais, movimentos corporais, dando significado e apoiando a linguagem oral das crianças. Ainda segundo o documento, um dos objetivos da dimensão da linguagem oral e escrita para as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos é fazer com que elas se interessem pela leitura de histórias.

Analisando estas afirmações, não há como negar a seriedade da Literatura Infantil no desenvolvimento da linguagem oral da criança, seja por meio de poema, adivinha, trava língua ou o livro de histórias propriamente dito.

Os RCNEI (BRASIL, 1998) propõem que:

“objetivos a serem atingidos pelas crianças como forma de promover determinadas capacidades, como: participar de variadas situações de comunicação oral, interessar-se pela leitura de histórias e ter contato com livros e revistas a fim de se aproximarem da escrita. Isto para as crianças de 0 – 3 anos, enquanto que para as de 4-6 anos, a instituição deve oferecer meios para ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão possibilitando que haja intercâmbios sociais, participação em atos de leitura de textos pelo professor, assim como escolhê-lo para ler”.

Uma das maneiras que irá privilegiar o desenvolvimento da oralidade, é a escuta de histórias, em que a linguagem escrita e oral encontram-se unidas, encaminhando-se para a reconstrução da história lida. Recontar histórias é uma prática que acolhe as contribuições de experiências e conhecimentos das crianças, as quais em sua fala carregam modos próprios e particulares de pensar, formando elos de troca e ajuda mútua.

Na visão de Vygotsky (1984):

“Palavras e gestos possibilitam transformar uma coisa em outra. É a linguagem que torna possível o faz de conta, a criação da situação imaginária. A criação não emerge do nada, mas requer um trabalho de construção histórica e participação da criança na cultura. A brincadeira infantil é, assim, um lugar por excelência de incorporação de práticas e exercícios de papéis sociais”.

No momento em que uma história é contada à criança, em um diálogo simples, onde ela seja incentivada a contar acontecimentos da sua rotina, por exemplo, estará sendo estimulada a usar sua imaginação e será capaz de criar histórias próprias através da linguagem oral.

“aborda a diferente atuação do narrador quanto à leitura e o reconto de histórias. Na leitura é possível interromper para discutir, dialogar, retomar, mostrar figuras, comentar e incentivar a participação dos ouvintes, enquanto que no reconto a participação é subjetiva somente nos momentos pré ou pós o reconto, seja com perguntas, para acrescentar algo ou até mesmo recontar a história ouvida. Porém, a autora acredita que este direcionamento de participações é um rico procedimento didático no que se refere à promoção da função simbólica, de forma a atender as características e necessidades da criança em desenvolvimento” (BUSATTO, 2003.)

Existem vários caminhos e possibilidades para se trabalhar a linguagem oral com crianças, utilizando a Literatura Infantil de maneira a proporcionar às mesmas, a construção de suas identidades da forma mais rica possível, tornando assim a Educação Infantil um espaço de vivências socioculturais, onde as crianças se sintam à vontade para o imaginário e possam assim, edificar o seu conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, notou-se que a criança que possui o hábito da leitura potencializa o seu desenvolvimento cognitivo, desenvolve a sua criatividade e possui uma habilidade maior para se socializar. Dessa forma, o educador que coloca os contos em sua prática docente emerge um maior significado no resultados de seus alunos e contribui para o desenvolvimento integral do mesmo.

De acordo com o universo cognitivo da criança, o incentivo ao acesso aos contos fará com que a habilidade discursiva da mesma se amplie através da experiência do reconto, afinal reconstruir uma história desperta a inteligência, a imaginação, a criatividade e aprimora a sensibilidade para a literatura infantil.

Dessa forma, pode-se dizer que a hipótese inicial desse estudo de que os contos de fadas, se utilizados adequadamente, contribuem no resgate de valores importantes para a nossa sociedade foi confirmada. É inegável a contribuição dos mesmos para o desenvolvimento cognitivo da criança, bem como para o resgate de valores importantes para o convívio em sociedade.

Portanto, acredita-se ser de fundamental importância que o educador utilize recursos interessantes para tornar a narrativa ainda mais atraente, explorando bastante a sua criatividade e chamando a atenção da criança para que esta possa estimular sua imaginação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. 2.ed. São Paulo: Scipione; 1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BEE, H. A criança em desenvolvimento. 9º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BETTELHEIM, Bruno. A Psicanálise dos Contos de Fadas. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação infantil. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil Vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998. BUSATTO, Cléo. Contar e encantar: pequenos segredos da narrativa. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BUSATTO, Cléo. Contar & encantar: Pequenos segredos da narrativa. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: Teoria Analise Didática. 6. ed. São Paulo. Moderna, 2003.

COELHO, Nelly Novaes. O conto de fadas. São Paulo: Ática, 1987.

FARIA, Maria Aliice, Como usar a literatura Infantil na sala de aula, São Paulo: Contexto, 2004.

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4643/4891>. Acesso em: outubro de 2013.

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4643/4891>. Acesso em: outubro de 2013.

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4643/4891>. Acesso em: novembro de 2013.

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4643/4891>. Acesso em: novembro de 2013.

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v41n1/v41n1a17.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/648/662>. Acesso em: outubro de 2013.

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/648/662>. Acesso em: novembro de 2013.

<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/11715/8439> Acesso em: outubro de 2013.

<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/11715/8439>. Acesso em: novembro de 2013

[http://scientificmagazine.com.br/artigos%20PDF/A%20INFLU%C3%8ANCIA%20DOS%20CONTOS%20INFANTIS%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20INFANTIL%20\(1\).pdf](http://scientificmagazine.com.br/artigos%20PDF/A%20INFLU%C3%8ANCIA%20DOS%20CONTOS%20INFANTIS%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20INFANTIL%20(1).pdf). Acesso em: outubro de 2013. Acesso em: outubro de 2013.

[http://scientificmagazine.com.br/artigos%20PDF/A%20INFLU%C3%8ANCIA%20DOS%20CONTOS%20INFANTIS%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20INFANTIL%20\(1\).pdf](http://scientificmagazine.com.br/artigos%20PDF/A%20INFLU%C3%8ANCIA%20DOS%20CONTOS%20INFANTIS%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20INFANTIL%20(1).pdf). Acesso em: novembro de 2013.

http://www.nce.ufrj.br/ginape/publicacoes/trabalhos/t_2002/t_2002_renato_aposo_e_francine_vaz/pensamento.htm Acesso em: outubro de 2013.

http://www.nce.ufrj.br/ginape/publicacoes/trabalhos/t_2002/t_2002_renato_aposo_e_francine_vaz/pensamento.htm. Acesso em: novembro de 2013.

<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-JANAINA-MENEZES-SILVA-ROCHA.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.

<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-JANAINA-MENEZES-SILVA-ROCHA.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.

<http://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-dos-contos-infantis-no-desenvolvimento-da-linguagem-infantil/53228/#ixzz2gVwPXabY> Acesso em: outubro de 2013.

<http://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-dos-contos-infantis-no-desenvolvimento-da-linguagem-infantil/53228/#ixzz2gVwPXabY> Acesso em: novembro de 2013.

MACEDO, Vera Lúcia Viana, O faz de conta de Piaget na literatura de Monteiro Lobato. Belo Horizonte: Cuatiara, 1996.

MATTAR, R. R Os contos de fadas e suas implicações na infância. 2007. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –Faculdade de Ciências da UNESP Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2007.

RADINO, G. Contos de fadas e a realidade psíquica: a importância da fantasia no desenvolvimento. 1º Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

A DIDÁTICA DA MATEMÁTICA E SUAS APLICABILIDADES

Sérgio Henrique Fidelis de Oliveira, Msc. Juliana Porto Fontes

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo relatar a importância da didática da matemática e suas aplicabilidades. A matemática é utilizada pelo homem desde que o mundo é mundo, como afirma o ditado popular. Sua origem e sua aplicabilidade vêm de tempos remotos e antecede a comunicação escrita. Pode-se afirmar que a matemática evoluiu juntamente com o aparecimento das civilizações e que, a princípio, era usada somente para fins práticos do dia a dia. As atividades intelectuais que abordavam os números foram se aprimorando cada vez mais e auxiliaram a evolução das civilizações, a ampliação do conhecimento e a descoberta de inúmeras invenções. A didática nada mais é que um estudo que visa à elaboração dos melhores métodos de ensino para abordar um tema, um programa, uma matéria e tantos outros assuntos pertinentes ao ensino-aprendizado. A matemática é usada a todo o momento e diariamente por todos. Apesar de não ser notada, está presente nas atividades mais simples do cotidiano, como compras, pagamentos, contas, horas, calendários, e outros, por exigir raciocínio e conhecimento dos conceitos matemáticos, mesmo sendo implícitos.

Palavras Chaves: Didática. Matemática. Aplicabilidade.

INTRODUÇÃO

A matemática é utilizada pelo homem desde os tempos remotos. Sua origem e aplicabilidade antecede a comunicação escrita. Segundo KELLEY (p. 14, 2000): “a matemática tem um lugar na história, e a história tem um lugar na matemática”. Ela está presente no cotidiano de qualquer país, cultura, sociedade, grupo, enfim, faz parte da vida e é necessária para a organização econômica, financeira e até mesmo social.

Desde os primórdios sua representação é feita através de símbolos primitivos e abstratos. Com o passar do tempo, evoluiu-se para uma forma mais simples e linear, originando o sistema numérico.

O subsídio dos números, a princípio, era algo bem comum, servindo somente para contar (soma ou subtração), como forma de troca (escambo) ou divisão (partilha). Este pensamento e/ou atitude era uma forma de controle. De acordo com CARAÇA, (p. 138, 2003) “a matemática teve seu início marcado pela contagem e a descoberta do número”.

Pode-se afirmar que a matemática evoluiu juntamente com o aparecimento das civilizações e, a princípio, era usada somente para fins práticos do dia a dia. Mais tarde, os números foram sendo usados para calcular dias, meses, anos, espaços, distâncias, peso e outros. Tudo isso passou a ser abordado mais profundamente dando origem a estudos que concomitantemente passaram a ser ensinados como técnicas para desenvolver o raciocínio.

“A matemática surgiu da necessidade de contar objetos e coisas. Primeiramente, quando ainda não havia um sistema para contar, os indivíduos costumavam usar os dedos, pedras, nós, ossos, para marcar a quantidade de objetos e coisas, com o passar do

tempo esses métodos caíram no desuso por não mais atender as necessidades do cotidiano, tais como contar, medir, calcular, sendo necessário uma forma mais célebre e eficaz para realizar cálculos”. (D’AMBROSIO, p. 256, 1986).

As atividades intelectuais que abordavam os números foram se aprimorando cada vez mais e auxiliaram a evolução das civilizações, a ampliação do conhecimento e as descobertas de inúmeras invenções. A contribuição da matemática para o desenvolvimento da humanidade é incalculável, e se faz notar através da geometria, aritmética, astronomia, logística, álgebra, trigonometria, logaritmos, física, entre outras áreas de raciocínio.

Atualmente, a transmissão de conhecimentos matemáticos é feita através de métodos didáticos e pedagógicos que facilitam o processo de ensino-aprendizado desde os primeiros anos de vida escolar, constituindo-se, a matemática, disciplina obrigatória nas unidades de ensino.

As pesquisas que buscam suprir as falhas do sistema de ensino-aprendizado são sistêmicas e abordam a ciência e a técnica de modo articulado, a fim de manter a relação entre a teoria e a prática.

A importância desta disciplina é tamanha que seu ensino se faz presente durante todos os anos escolares. Além disso, é essencial em muitos cursos da educação superior para a formação profissional em carreiras da área das ciências exatas.

A DIDÁTICA DA MATEMÁTICA

A didática nada mais é do que o estudo para elaboração dos melhores métodos de ensino para abordar um tema, um programa, uma matéria e tantos outros assuntos pertinentes ao ensino-aprendizado, para que este seja ao mesmo tempo eficiente e eficaz, no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual.

“A beleza da Matemática é o que está por detrás dos números, o que está além da sua aparência árida, rígida, exata, lógico-dedutiva, é o “espírito” da Matemática, é sua essência, que nos possibilita movimentar suas estruturas, dando-lhe sentido e significado. Portanto, enxergar a beleza do conhecimento, não apenas matemático, é poder desvelar o aparente, tirando-lhe o véu para encontrar a essência”. (MERCEDES, p. 8, 2007)

A mistificação da matemática como disciplina difícil, complicada, “um bicho de sete cabeças”, traz certo desconforto para os professores por fazê-los imaginar que os alunos perdem o interesse em aprender diante de qualquer obstáculo com a desculpa de que a matéria não “entra na sua cabeça”.

A verdade é que precisa-se pensar novas técnicas e novos métodos educacionais para motivar e ampliar o aprender e o saber do aluno na construção e na formação de estratégias que desenvolvam o raciocínio, o interesse, a cooperação, a autonomia, a confiança e o pensamento matemático.

“Ao aluno deve ser dado o direito de aprender. Não um ‘aprender’ mecânico, repetitivo, de fazer sem saber o que faz e por que faz. Mas um aprender significativo do qual o aluno participe raciocinando, compreendendo, reelaborando o saber historicamente produzido e superando, assim, sua visão ingênua, fragmentada e parcial da realidade” (FIORENTINI e MIORIN, 2004, P.62)

A matemática é uma ciência viva que possui dinamismo próprio. Sua constante evolução deve acompanhar a realidade do momento, fazendo do novo, um velho, e do velho, um novo problema

“A matemática é um grande e sofisticado jogo que resulta ser, ao mesmo tempo, uma obra de arte intelectual, que proporciona uma intensa luz na exploração do universo e tem grandes repercussões práticas”. (GUZMÁN, p. 166, 2002)

Sua fórmula analítica e quantitativa venceu o tempo e transformou as civilizações, suprimindo as necessidades dos homens com invenções e descobertas feitas pelos estudos com os números, que permitiram a evolução mediante a construção do conhecimento matemático. Os números fazem parte da vida do homem desde sua origem, e a matemática surgiu para solucionar os problemas de forma precisa.

A ENGENHARIA DA DIDÁTICA

A didática é utilizada para analisar, amparar e dar suporte às técnicas e aos métodos aplicados para a transmissão do conhecimento e para a prática do ensino da matemática com recursos audiovisuais, mídias digitais, softwares e recursos tecnológicos em sala de aula.

A engenharia da didática é um forte aliado do professor e/ou do pesquisador por estimular as experiências e as investigações que irão solucionar os problemas, com base na construção do raciocínio intelectual. Este tipo de metodologia é essencial para o aprendizado da matemática e para outras áreas científicas por auxiliar a transmissão do saber e por resultar no “saber fazer”.

“A engenharia didática vista como metodologia de investigação, caracteriza-se antes de mais nada por um esquema experimental baseado em “realizações didáticas” na sala de aula, isto é, na concepção, na realização, na observação e análise de sequências de ensino”. (ARTIGUE, p. 71, 2008)

Sua abordagem é sempre experimental, porém seus fundamentos são baseados na organização e na intervenção da teoria histórica da matemática, do conhecimento científico e na prática dos seus conceitos.

A engenharia da didática foca em três aspectos: epistemológico (associação com as características do saber), cognitivo (conhecimento adquirido pela percepção, atenção, associação, memorização, raciocínio, pensamento) e a didática (sistema de ensino através de técnicas e métodos) com enfoque na matemática.

“A noção de obstáculo epistemológico na educação, passa a ter

uma importância fundamental, pois possibilita perceber a interdependência existente entre a Epistemologia e a Didática da Matemática”. (IGLIORI, p. 28, 1999)

Esse método tem o intuito de contribuir para a reconstrução, a reformulação, a ampliação e a renovação do ensino da matemática através de planejamentos e implementações de projetos que auxiliem os recursos científicos na busca de soluções de problemas práticos sem prévia teoria.

“A engenharia didática possibilita uma sistematização metodológica para a realização da pesquisa, levando em consideração as relações de dependência entre teoria e prática. Esse é um dos argumentos que valoriza sua escolha na conduta de investigação do fenômeno didático, pois sem articulação entre a pesquisa e a ação pedagógica, cada uma destas dimensões tem seu significado reduzido”. (PAIS, p. 99, 2006)

Esse processo empírico é realizado mediante investigação, observação, análise e escolha, promovendo a transformação da relação do aluno com o problema em questão, tornando o ensino-aprendizado mais autônomo por unir as teorias e as práticas ao mesmo tempo, destacando a relação aluno x professor x conhecimento.

A MODELAGEM DA MATEMÁTICA

Esse é um termo definido como estratégia de ensino e aprendizagem que serve de motivação para a aplicação das teorias, conceitos e práticas da matemática como ferramentas para resolver problemas de outras ciências.

Esse processo permite que a matemática interfira de forma positiva em conteúdos interdisciplinares, e essa intermediação permite que o aprendizado em sala de aula seja mais dinâmico e amplo à medida que une conteúdos de diferentes matérias em busca de soluções criativas.

“A Modelagem Matemática vem ao encontro das expectativas do educando, por dar sentido ao que ele estuda, por satisfazer suas necessidades, seus interesses, realizando seus objetivos. O aluno trabalha com entusiasmo e perseverança formando atitudes positivas em relação à matemática, ou seja, desperta nele o gosto pela disciplina”. (BURAK, p.122, 2004)

O sucesso desta abordagem está na investigação e na intervenção por parte do professor através do conhecimento e das normas pré-definidas para os programas de ensino-aprendizado que tem por objetivo transformar e instruir os alunos visando à formação do pensamento lógico, da construção das estruturas e da compreensão da matemática.

“No estudo da matemática através da modelagem, as atividades se constituem na ação de refletir, de fazer, de construir, de concluir e de generalizar. Esta é a liberdade que essa prática educativa parece permitir a cada participante do processo, ao favorecer o uso de suas próprias estratégias, na sua maneira

natural de pensar, sentir e agir”. (BURAK, p. 32, 1987)

Outra vantagem que o método traz para dentro da sala de aula é o desenvolvimento das capacidades e habilidades individuais através do incentivo, da participação e da motivação gerada pelo coletivo.

Apesar de os indícios de que a matemática se desenvolveu para atender às necessidades dos seres humanos, a única afirmativa que vem ocupando espaço é de que “a matemática é a ciência das ciências” e está presente em todos os atos e ações que movem o mundo.

“Isto nos conduz a atribuir à matemática o caráter de uma atividade inerente ao saber humano, praticada com plena espontaneidade, resultante de seu ambiente sociocultural e consequentemente determinada pela realidade material na qual o indivíduo está inserido”. (D’AMBROSIO, p. 96, 1996)

A aplicabilidade da matemática está presente no nosso cotidiano, independentemente da atividade funcional desenvolvida ou do grau de conhecimento teórico.

NO COTIDIANO

A matemática é usada a todo o momento e diariamente por todos. Apesar de não ser notada, está presente nas atividades mais simples do cotidiano, como nas compras, atribuição de valores, quantidade, preços, pagamentos, contas, horas, calendários e outros, por exigir raciocínio e conhecimento dos conceitos matemáticos, mesmo sendo implícitos.

“O cotidiano está impregnado dos saberes e fazeres próprios da cultura. A todo instante, os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, explicando, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios à sua cultura”. (D’AMBROSIO, p. 121, 2001)

Esta interação com os números, cálculos e raciocínio pode ser denominada como a prática da matemática aplicada fora das escolas, sem nenhuma relação com o conteúdo da disciplina. É o que chamamos de matemática natural. O ensino-aprendizado da matemática pode ser comparado ao desenvolvimento das funções naturais ao ser humano, como o andar e o falar.

A importância da matemática vai além do saber contar ou resolver problemas do dia a dia. Pode-se dizer que seu conhecimento e sua aplicabilidade ajudam na formação e na construção de cidadãos conscientes e participativos na sociedade.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “a matemática é componente importante na construção da cidadania, à medida que a sociedade se utiliza, cada vez mais, de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, dos quais os cidadãos devem se apropriar. (p. 56, 1998).

NA ESCOLA

Devido à importância na vida do ser humano, a matemática foi inserida no currículo escolar desde os primeiros anos, independentemente da escolha profissional ou da formação acadêmica posterior.

O conhecimento, os conteúdos e os conceitos da matemática são fundamentais para o desempenho de muitas atividades pessoais e profissionais e contribui para o desenvolvimento do raciocínio.

“A matemática dá ao aluno condições de interpretar situações cotidianas, permitindo que ele se insira no contexto sociocultural e no mercado de trabalho; desenvolve a capacidade de argumentar, fazer conjecturas, propor mudanças; ao trabalhar com a resolução de problemas, contanto que sejam problemas ligados à realidade do aluno, desenvolve nele a criatividade e a crítica, estimulando o espírito de investigação e de pesquisa e tornando-o mais autônomo e ousado; permite que o aluno estabeleça relações com outras áreas do conhecimento; contribui, em todos esses sentidos, para a formação do cidadão ético, que cumpre os deveres e respeita os direitos dos outros indivíduos” (NOVA ESCOLA, site, 2001).

As habilidades numéricas vão muito além das operações matemáticas, exigem cálculos complexos que muitas vezes são utilizados sem ser notados, seja para resolver um problema matemático, seja para solucionar uma questão do cotidiano.

A lógica, a precisão e o raciocínio são ferramentas que estabelecem regras para facilitar a solução de problemas diários ou dos conteúdos programáticos aplicados nas instituições de ensino.

“Se a matemática se apresenta como chave do real físico e social como via ao pensamento científico e técnico, como fundamento da cultura numa sociedade moderna, é porque a Matemática, ou melhor, esta Matemática, é concebida como lógica, estudo de estruturas, sistema de símbolos, em resumo, como linguagem. A Matemática é a linguagem da racionalidade moderna. É, portanto, esta Matemática concebida como linguagem, a Matemática do nosso tempo, que convém ensinar”. (PIRES, p.20, 2000)

A matemática ensinada nas unidades escolares divide-se em duas áreas: pura (teoria abstrata) e aplicada (prática), e é considerada uma ciência milenar e transformadora, e busca resultados concretos e objetivos.

Visando à facilitação do aprendizado, a disciplina foi dividida em partes, sendo elas: aritmética, álgebra, conjuntos numéricos, equações, equações algébricas, funções, sistemas lineares, progressões, análise combinatória, probabilidade e estatística, matemática financeira, trigonometria, geometria plana, geometria espacial, geometria analítica e cálculos.

“Não é mais possível apresentar a Matemática aos alunos de forma descontextualizada, sem levar em conta que a origem e o fim da Matemática é responder às demandas de situações-problema da vida diária”. (GROENWALD, FILLIPSEN, p. 142, 2002)

A disciplina da matemática, quando abordada de forma criativa, desperta o interesse dos alunos, contribuindo para a organização, o planejamento e a solução dos problemas relacionados às atividades escolares. Desse modo, percebe-se que é de extrema importância que não seja ensinada de forma mecânica.

“O ensino da matemática, centrado em si mesmo, limitando-se à exploração de conteúdos meramente acadêmicos, de forma isolada, sem qualquer conexão entre seus próprios campos ou com outras áreas de conhecimento, pouco tem contribuído para a formação integral do aluno, com vista à conquista da cidadania”. (BRASIL, p. 26, 1997)

A estratégia mais importante para desenvolver o ensino-aprendizado satisfatoriamente em sala de aula é a busca de uma ligação da matemática com as experiências, com a realidade social e com a bagagem dos alunos, para que não se entre em conflito de interesse e, conseqüentemente, se gere a desmotivação.

NA PROFISSÃO

A matemática é conhecida como o motor do mundo por estar presente em todas as atividades e ações do dia-a-dia, não sendo diferente em se tratando da sua aplicabilidade no mercado profissional.

Não existe uma única profissão que não tenha sequer uma pequena relação com a matemática. Naturalmente, algumas possuem mais afinidades e dependem de conhecimentos mais específicos para realizar ou desempenhar suas funções.

A matemática está presente e está envolvida, sob as mais diversas formas e em todas as ações e atividades pertinentes, na realização de qualquer trabalho de qualquer profissão, seja ele físico ou intelectual, simples ou complexo.

NA ARTE

A matemática é uma ciência que possui estreita ligação com as diversas áreas do conhecimento humano e seus fundamentos estão integrados à prática e à teoria.

A arte é descrita por sua criatividade, simetria, dinamismo, universalidade, harmonia, forma, grandeza e muitos outros aspectos que se confundem com os conceitos da matemática.

“É fundamental que os estudos do espaço e da forma sejam explorados a partir de objetos do mundo físico, de obras de arte, pinturas, desenhos, esculturas e artesanatos, de modo que permita ao aluno estabelecer conexão entre a matemática e as outras áreas do conhecimento”. (BRASIL, p. 51, 1998)

A interação dos conteúdos da arte e da matemática pode ter abordagens diferentes, porém o elo que une seus princípios é datado desde os tempos primitivos. Mesmo muitas vezes sendo considerada como algo sem lógica e não científico, a arte tem suas técnicas e métodos intimamente ligados, intrinsecamente, à matemática. De acordo com MEDEIROS (p. 116, 2006), “o homem fez arte usando a matemática, e construiu matemática observando as artes”.

A contextualização do ensino de determinados conceitos da matemática serve como ferramenta para o desenvolvimento do conhecimento na área da arte, como nas noções de espaço, de forma, de dimensão e etc.

NA MÚSICA

Do mesmo modo que a matemática está presente na vida do homem desde os tempos mais primordiais, a música também se faz presente desde os primeiros registros de civilizações.

A matemática está presente na estrutura e na escala musical através da álgebra abstrata, da física, da trigonometria e das teorias dos conjuntos e dos números.

O ritmo musical tem seu tempo, seu momento, sua hora, o que significa que é preciso calcular, cronometrar, para que os padrões desejados sejam alcançados. O mesmo acontece ao se referir ao som dos instrumentos. A precisão da matemática auxilia as criações musicais e as combinações dos sons ao definir os intervalos, as frequências e a harmonia entre ambos.

METODOLOGIA

A metodologia para a elaboração deste artigo científico foi baseada em procedimentos sistemáticos, sintéticos e racionais que serviram para descrever e explicar o tema, com base nos aspectos fundamentados em teorias, além de uma análise direta dos procedimentos abordados pelas fontes documentadas.

O estudo é de caráter bibliográfico com foco descritivo e uma abordagem qualitativa, voltada para importância da didática da matemática e suas aplicabilidades.

Para alcançar os objetivos propostos buscou-se o conhecimento através de leituras preliminares para aprofundamento do tema, definição e elaboração do material pesquisado, coletas de dados, delimitação das etapas e análise do conteúdo.

A delimitação do tema foi feita através de uma crítica aos dados, da leitura analítica, da argumentação, da discussão dos resultados e do fichamento das fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, sob o título “A Didática da Matemática e suas Aplicabilidades”, abordou e descreveu a importância e a influência da matemática no meio cultural, social, político e financeiro.

Destacou os campos de atuação e frisou sua participação em todas as atividades do cotidiano e nas atividades correlatas, com o desenvolvimento das civilizações, ou seja, demonstrou que a sua aplicabilidade está presente em diversas atividades: na escola, no trabalho, na música, na arte e etc.

Conforme foi descrito e afirmado por muitos pesquisadores, teóricos e matemáticos, a matemática é a ciência das ciências e relaciona diretamente a teoria e a prática, o pensar e o

desenvolver.

Para facilitar o ensino-aprendizado, através da didática desenvolvem-se técnicas e metodologias a fim de apoiar o estudo da matemática e facilitar sua compreensão, através de estratégias que desenvolvam a criatividade, a autoconfiança, a autonomia, o raciocínio e o pensamento matemático.

A engenharia da didática é uma ferramenta teórica e metodológica que oferece suporte à construção do conhecimento matemático por meio da mídia visual e de tecnologias em sala de aula.

A modelagem da matemática é uma estratégia de planejamento que utiliza técnicas e metodologias a favor do aprendizado, do raciocínio e do pensamento, visando à solução de problemas e cálculos.

Todos esses procedimentos ajudam o professor em sala de aula e oportunizam um ensino-aprendizado mais criativo por motivar o aluno a desenvolver suas próprias habilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURAK, Dionisio. **Modelagem Matemática na Perspectiva da Educação Matemática: Olhares Múltiplos e Complexos**. Belo Horizonte, 2012.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Da realidade à Ação? Reflexões sobre Educação e Matemática**. São Paulo: Summus, 1986.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática? Da Teoria à Prática**. Campinas: Papirus, 2001.

CARAÇA, B. de Jesus. **Conceitos Fundamentais da Matemática**. Lisboa: Gradiva, 2003.

IGLIORI, S. B. C. **A Noção de Obstáculo Epistemológico e a Educação Matemática**. São Paulo: EDUC, 1999.

PAIS, Luiz Carlos. **Didática da Matemática, uma análise da influencia francesa**. Belo Horizonte: Autentica, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/>. Acessado em Junho de 2015.

INFO ESCOLA. Disponível em: <http://www.infoescola.com/matematica/usando-a-matematica-no-cotidiano/>. Acessado em Junho de 2015.

PRAPEM. Grupo de Pesquisa da Prática Pedagógica em Matemática. Disponível em: <http://www.cempem.fe.unicamp.br/prapem/publicacao.htm>. Acessado em Junho de 2015.

REVISTA NOVA ESCOLA. Disponível em: <http://revistanovaescola.abril.com.br/matematica>. Acessado em Junho de 2015.



REVISTA ACADÊMICA
**INTELLIGENCE AND
INFORMATION**

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DOS CURSOS DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO GRUPO ANDRADE MARTINS.



Rua Osório Santos, 207, Nogueira Machado - Itaúna MG - CEP. 35 680-229

Contatos: 373242-1097 | 3241-4212 | 0800 037 4212

www.grupoandrademartins.com.br